

Moçambique

Relatório de avaliação

COMPONENTE DE ABRIGO NOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA DE VÁRIOS DISTRITOS NA PROVINCIA DE ZAMBÉZIA, MOÇAMBIQUE





Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. As opiniões emitidas neste documento não devem ser consideradas, de nenhuma forma para reflectir a opinião da Comissão Europeia.

Ficha Técnica

Título: Relatório de Avaliação da Componente de Abrigo nos Planos de Contingência de vários Distritos na Província de Zambézia, Moçambique

Autor: Javier Cidón Martínez e Virginia Arranz Navaza

Layout: Publifix, Lda.

A imagem no frontispício está baseada numa serigrafia desenhada pelo artista moçambicano Malangatana para Cruz Vermelha de Moçambique, dentro da iniciativa destinada a apoiar as vítimas das cheias do ano 2000.

Cruz Vermelha de Moçambique

Av. Agostinho Neto 284, Maputo

Tel: +258 21 49 77 21/ 49 81 39 - Fax: +258 21 49 77 25

E-mail: cvm@redcross.org.mz

Website: www.redcross.org.mz

Novembro 2013 – Maputo - Moçambique

ÍNDICE

2. Glossário de termos	5
3. Glossário de Acrónimos	9
4. Introdução	11
5. Planeamento de contingência	12
a) O que é um plano de contingência	12
b) A estrutura dum plano de contingência	12
c) A componente de Abrigo nos Planos de Contingência	14
6. Avaliação dos planos de contingência	16
a) Avaliação do número de páginas	16
b) Avaliação da estrutura dos documentos	16
7. Avaliação dos conteúdos sobre abrigo	20
a) Maganja da Costa	20
b) Namacurra	22
c) Nicoadala	23
d) Zambézia	24
8. Proposta de melhora de conteúdos	35
a) Principais recomendações	35
b) Conteúdos sobre abrigo que poderiam ter os planos de contingência	37
c) O processo de desenvolvimento do capítulo sobre abrigo	39
9. Bibliografia	40
10. Anexos	41
a) Plano de Contingência do distrito de Maganja da Costa	42
b) Plano de Contingência do distrito de Namacurra	50
c) Plano de Contingência do distrito de Nicoadala	51
d) Plano de Contingência da província de Zambézia	56

GLOSSÁRIO DE TERMOS

Abrigo coletivo: refere-se a infraestruturas seguras previamente entre as autoridades locais e comunidades para hospedar de forma transitória à população deslocada por causa duma emergência.

Abrigo temporário: é o espaço onde fornece-se temporariamente teto, alimentação, roupas e saúde as pessoas vulneráveis imediatamente antes, durante e após a ocorrência duma emergência. Este pode ser coletivo ou familiar.

Ameaça: potencial ocorrência dum evento natural ou provocado pelo homem que tem consequências negativas ao impactar sobre as pessoas, bens e ambiente. O termo é usado para descrever eventos de perigo real assim como condições latentes de perigo que podem aparecer em futuros eventos.

Aviso prévio: é a alarma ou sinal que se faz quando é iminente ou esta acontecendo um evento negativo (ameaça); devem-se seguir as instruções que fazem parte do plano de contingência da comunidade.

Beneficiário: é uma pessoa que resulta favorecida por alguma coisa, por exemplo em contexto de emergência beneficiário é a pessoa que têm direito a receber uma ajuda.

Calamidade: evento natural ou provocado pelo homem que causa graves impactos negativos nas pessoas, suas pertencias, ao serviço e/ou ambiente e que excede a capacidade de resposta das comunidades ou dos governos.

Centro de Acomodação: abrigo temporário planificado para vários agregados familiares (pode ser acampamento ou edifício existente).

Centro de Evacuação: espaço provisional de segurança física que fornece as condições básicas durante a ocorrência dum perigo.

Cluster: grupo temático. Refere-se ao modo em que coordenam-se as diferentes organizações humanitárias para trabalhar coordenadamente por áreas.

Comunidade hospedeira: é a comunidade localizada fora da área de risco que recebe e abriga à comunidade deslocada.

Capacidade de resiliência: é a habilidade das pessoas, organizações e sistemas, usando os recursos e capacidades disponíveis para fazer frente e gerir as condições adversas, emergências ou calamidades. A capacidade de resiliência requer de uma preparação continua, uma boa gestão e recursos, tanto em tempos normais como durante as crises e as condições adversas. A capacidade de resiliência contribui a redução do risco de desastres.

Desastre: é uma interrupção seria do funcionamento da comunidade ou da sociedade envolvendo amplamente a perda e impactos humanos, materiais, económicos ou ambientais, que ultrapassam a capacidade da comunidade afetada ou sociedade para combater usando seus próprios recursos. Os desastres são descritos com frequência como o resultado da combinação da exposição ao risco; as condições de vulnerabilidade que estão presentes, e a capacidade

de ou medidas insuficientes de reduzir ou lidar com as potenciais consequências negativas. Os impactos do desastre podem incluir a perda da vida, ferimentos, doenças ou outros efeitos negativos nas pessoas física, no bem-estar social e mental, junto com danos a propriedade, destruição de bens, perda de serviços, interrupções das atividades sociais e económicas e a degradação ambiental.

Desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que cobre as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras para cobrir suas necessidades. O risco de desastres está associado com os elementos não sustentáveis do desenvolvimento como a degradação do ambiente, em quanto que contrariamente a redução do risco de desastre pode contribuir ao alcance do desenvolvimento sustentável, mediante a redução de perdas e melhoramento das práticas de desenvolvimento.

Exposição: pessoas, propriedades, sistemas, ou outros elementos presentes nas zonas de risco que podem estar sujeitas a perdas potenciais. Medidas de exposição podem incluir o número de pessoas ou tipos de bens na área. Isto pode combinar-se com a vulnerabilidade específica a exposição dos elementos em um desastre particular para estimar os riscos quantitativos associados com o desastre na área de interesse.

Famílias hospedeiras: refere-se a casas de familiares, vizinhos ou amigos, situadas em áreas fora do risco, onde as pessoas afetadas pela calamidade são acolhidas. Tecnicamente considera-se um tipo de abrigo temporário.

Gestão do Território: o processo levado a cabo pelas autoridades públicas para identificar, avaliar e decidir dentro das diferentes opções para o uso da terra, incluindo a consideração dos objetivos a longo termo económicos, sociais e ambientais e as implicações para as diferentes comunidades e grupos de interesse, e a subsequente formulação e promulgação dos planos que descreve o permissão o aceitação dos usos. O planeamento do uso da terra é uma contribuição importante ao desenvolvimento sustentável. Envolve estudos e mapeamentos, análise dos dados económicos, ambientais e de risco; formulação de decisões alternativas para o uso da terra, e o desenho dos amplos níveis de planeamentos para escalas geográficas e administrativas diversas.

Kit de abrigo: bem de socorro composto por um pacote que inclui duas lonas, corda, ferramentas e acessórios para a construção dum abrigo de emergência.

Mitigação: A redução ao mínimo ou limitação dos impactos adversos dos perigos e os riscos relacionados. Os impactos adversos dos perigos com frequência não podem ser prevenidos totalmente, mas sua escala ou severidade podem ser reduzidos substancialmente mediante varias estratégias e ações. As medidas de mitigação em relação a infraestruturas e habitação, juntam técnicas de engenharia para conseguir fazer construções resistentes a desastres assim como políticas de melhora ambiental e sensibilização pública. Deve se fazer notar que nas políticas das mudanças climáticas, “mitigação” está definido de forma diferente, sendo um termo usado para a redução das emissões de gases estufa que são a fonte das mudanças climáticas.

Participação comunitária: processo planeado pelo qual indivíduos e grupos pertencentes à comunidade de deslocados (incluindo estruturas locais, lideranças comunitárias, mulheres e homens, jovens e idosos...) podem identificar e expressar os seus próprios pontos de vista e necessidades, e onde a ação coletiva é feita para refletir esses pontos de vista e atender a essas necessidades nas tomadas de decisão.

Pessoas deslocadas: indivíduos ou grupos que tiveram que abandonar as suas casas ou locais de residência habitual, a fim de evitar os efeitos das calamidades naturais ou criadas pelo homem, ou conflitos armados, situações de violência generalizada, violação dos direitos humanos, e que não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida.

Perigo Natural: processo natural ou fenómeno que pode causar a perda da vida, ferimentos ou outros impactos na saúde, danos materiais, perdas de meios de vida e serviços, interrupção das atividades económicas e sociais, ou danos ambientais. Os perigos naturais podem estar caracterizados pela sua magnitude ou intensidade, a velocidade em conjunto, duração, e a área de extensão. Por exemplo, os terremotos têm curta duração e nomeadamente afetam a uma região relativamente pequena, em quanto que a seca é lenta em desenvolver e desaparecer e afeta a grandes territórios. Em alguns casos, os perigos podem acoplar-se, como nas cheias causadas pelo ciclone ou o tsunami que foi criado pelo terremoto.

Preparação: conjunto de atividades e medidas tomadas previamente, para garantir uma resposta antecipada e efetiva ante o impacto dum evento. Inclui entre outras, a emissão de alertas e a deslocação temporária de pessoas e bens duma localidade ameaçada.

Prevenção: conjunto de atividades e medidas tomadas para a proteção permanente ante um perigo. Expressa o conceito e a intenção de evitar completamente os potenciais impactos adversos, através de medidas tomadas com antecedência. Exemplos incluem barragens ou diques que eliminam os riscos de inundação, regulamentos de uso da terra que não permitem qualquer assentamento em zonas de alto risco, e os projetos de engenharia sísmica que garantem a sobrevivência e a função de um edifício crítico ante qualquer terremoto provável.

Proteção: no contexto da Gestão de Abrigos, a proteção pode ser definida como a segurança física, jurídica e material da população deslocada.

Resiliência: a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a riscos de resistir, absorver, acomodar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo, de forma atempada e eficaz, nomeadamente através da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais. A resiliência de uma comunidade no que respeita a eventos de risco potenciais é determinada pelo grau em que a comunidade tem os recursos necessários e é capaz de se organizar antes e durante os momentos de necessidade.

Risco de desastre: a probabilidade de uma ameaça (ou perigo) aconteça, e as consequências negativas desta, dentro dum período de tempo específico e num território determinado. O risco depende da vulnerabilidade e capacidade de fazer face aos perigos no território.

Rota de evacuação: uma via rápida e segura de transferir as pessoas da zona de perigo para um lugar seguro.

Sofrimento humano: num contexto de emergência, pode-se definir como uma experiência de dor e angústia no indivíduo associada a perda de acesso a abrigo, comida, água potável, saúde, proteção e outros danos.

Vulnerabilidade: características e circunstâncias de uma comunidade, de um sistema ou de bens que se tornam suscetíveis aos efeitos nocivos do perigo. Há muitos aspetos de vulnerabilidade, decorrentes de vários fatores físicos, sociais, económicos e ambientais. Os exemplos podem incluir um desenho inadequado ou fraca qualidade da construção de edifícios, proteção inadequada dos bens, falta de informação e consciencialização pública, o reconhecimento

oficial limitado de riscos e medidas de preparação, e desrespeito pela boa gestão ambiental. A vulnerabilidade varia significativamente dentro de uma comunidade e ao longo do tempo. Esta definição identifica vulnerabilidade como uma característica do elemento de interesse (comunidade, sistema ou bem) a qual é independente da sua exposição. Contudo, em uso comum o termo é frequentemente utilizado de forma mais ampla para incluir a exposição do elemento.

GLOSSÁRIO DE ACRÓNIMOS

ASH:	Água, Saneamento e Higiene
AVC:	Avaliação de Vulnerabilidades e Capacidades
BNA:	Bens não alimentares
CLGR:	Comité Local de Gestão de Riscos
CENOE:	Centro Nacional de Operações de Emergência
CA:	Centro de Acomodação
COE:	Centro de Operações de Emergência
CRE:	Cruz Vermelha Espanhola
CVM:	Cruz Vermelha de Moçambique
DPE:	Direção Provincial de Educação
DPOPH:	Direção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DPS:	Direção Provincial de Saúde
ECHO:	Escritório de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia
FICV:	Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
INGC:	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
MdE:	Memorando de Entendimento
MMAS:	Ministério da Mulher e Ação Social
NU:	Nações Unidas
OIM:	Organização Internacional das Migrações
OMS:	Organização Mundial da Saúde
ONG:	Organização Não Governamental
PC:	Plano de Contingência
PDI:	População Deslocada Internamente
SDE:	Serviço Distrital de Educação
SDIP:	Serviço Distrital de Infraestruturas e Planificação
SDSMAS:	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Ação Social
RRD:	Redução de Riscos de Desastre
TdR:	Termos de Referência
UN-Habitat:	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNAPROC:	Unidade de Proteção Civil

INTRODUÇÃO

O presente relatório corresponde ao estudo da consultoria sobre Abrigos Coletivos. Nos Termos de Referencia descreve-se o conteúdo do estudo:

Relatório sobre abrigos coletivos identificados nos Planos de Contingência dos distritos de Namacurra e Maganja da Costa, analisando o seu estado atual.

O relatório deve conter a seguinte informação:

- *Avaliação das infraestruturas incluídas nos planos de contingência dos distritos referidos.*
- *Tipo de infraestruturas: tipologia de uso em tempos de calma, tipo de construção (estrutura, materiais) e condições atuais.*
- *Acesso a água e saneamento nas infraestruturas (instalações de pontos de água, latrinas, casas de banho, e estado atual).*
- *Disponibilidade de eletricidade dentro das infraestruturas.*
- *Capacidade das infraestruturas (em relação ao número de pessoas afetadas que pode receber).*
- *Distância a percorrer pelas pessoas afetadas desde as suas zonas de origem até os abrigos.*

Uma vez analisados os Planos de Contingência dos distritos referidos, descobriu-se que os documentos não tinham identificados abrigos. Os consultores tiveram também acesso ao PC de Nicoadala (distrito que no ano 2013 abriu muitos edifícios para abrigar pessoas), mas também não vinham mapeados abrigos no seu PC. Se fez também leitura do PC provincial, que no respeito a abrigo unicamente inclui uma tabela que enumera dois ou três edifícios nos distritos referidos, mas não oferece nenhuma informação sobre eles, nem sequer os nomes.

Além da falta de informações sobre infraestruturas disponíveis para uso como alojamento coletivo, os consultores constataram que, em geral, os planos de contingência avaliados tinham lacunas significativas na componente de abrigo de emergência.

Tendo em conta esta situação, considerou-se mais interessante reformular os TdR de modo que o estudo continue a servir - ainda melhor - para o objetivo e resultados esperados do projeto, ficando os conteúdos da seguinte maneira:

Relatório sobre a integração das questões de abrigo de emergência nos Planos de Contingência dos distritos da província de Zambézia:

- *Avaliação da informação sobre abrigo de emergência contida nos planos de contingência dos distritos de Maganja da Costa, Namacurra e Nicoadala e da província de Zambézia.*
- *Proposta de melhoria da informação sobre abrigo de emergência a ser incluída nos Planos de Contingência distritais e provincial de Zambézia.*

5. PLANEAMENTO DE CONTINGÊNCIA

a) O que é um plano de contingência

O planeamento de contingência tem como objetivo preparar uma organização (ou conjunto de organizações parceiras) para responder corretamente a uma situação de emergência. O desenvolvimento dum plano de contingência (PC) envolve a tomada de decisões com antecedência sobre a gestão dos recursos humanos e financeiros, coordenação e procedimentos de comunicação, e estar ciente de uma série de respostas técnicas e logísticas. Esse PC é uma ferramenta de gestão que envolve todos os sectores, o que pode ajudar a garantir a prestação atempada e eficaz da ajuda humanitária para aqueles que mais precisam, quando ocorre um desastre. Um planeamento de contingência eficaz deveria levar até operações de socorro oportunas e eficazes. O tempo gasto em planeamento de contingência é igual ao tempo economizado quando ocorre um desastre.

Basicamente o processo de planeamento de contingência pode ser dividido em três simples perguntas:

- O que pode acontecer?
- O que é que vamos fazer ao respeito?
- O que podemos fazer com antecedência para estarmos preparados?

O planeamento de contingência é mais frequentemente realizado quando existe uma ameaça ou perigo específico, mas o que não sabemos é como essa ameaça vai realmente impactar. O desenvolvimento de cenários é uma boa maneira de pensar os possíveis impactos: com base em cenários razoáveis, é possível desenvolver um plano que defina a escala da resposta e os recursos necessários.

O planeamento de contingência pode-se dividir em cinco etapas principais: preparar, analisar, desenvolver, implementar, rever.

Com o fim de que sejam relevantes e úteis, o processo de desenvolvimento (e atualização) do plano de contingência deve ser um esforço colaborativo.

Os PC devem estar ligados aos planos, sistemas ou processos de outros atores do governo e parceiros.

b) A estrutura dum plano de contingência

Com o fim de poder avaliar os planos de contingência, vamos utilizar um modelo de estrutura que sirva como referencia.

O modelo desenvolvido pela FICV é reconhecido internacionalmente pela sua qualidade, e por tanto vamos utiliza-lo como base comparativa.

Modelo de Estrutura dum Plano de Contingência (FICV)

1. Introdução

2. Cenários de desastres

- Perigos e riscos.
- Vulnerabilidades e capacidades.
- Papel, o mandato e as capacidades da instituição.
- Cenários possíveis.
- Premissas de riscos.

3. Plano operacional

- Estratégia (por exemplo, procura e salvamento, socorro, recuperação), objetivos geral e específicos (incluindo número de população alvo).
- Áreas de intervenção (técnicas e geográficas).
- Avaliação de emergência.
- Estrutura de gestão.
- Logística (transporte, compras).
- Telecomunicações.
- Média e informações.

4. Coordenação

- Interna.
- Externa.

5. Qualidade e responsabilidade

- Padrões.
- Princípios.

6. Implementação do plano

- Aprovação do plano e distribuição.
- Identificação de lacunas e áreas que necessitam de fortalecimento.
- Preposicionamento e logística.
- Recursos humanos, treinamento, simulação, voluntários.
- Mecanismo de acionamento.
- Mobilização de recursos.
- Plano de revisão.

7. Anexos

- Procedimentos operacionais padrão.
- Mapas, análise de risco e perigos, VCA.
- Modelo de construção de cenários.
- Estrutura organizacional e autoridade em desastres, diagrama de resposta às catástrofes.
- Listas de contactos.
- Documentos de referência relevantes (MdE, etc).

c) A componente de Abrigo nos Planos de Contingência

Existem diferentes soluções de abrigo de emergência para as famílias cujas casas ficaram inseguras ou destruídas: por exemplo oferecer abrigo temporário em edifícios públicos, distribuição de tendas e lonas, famílias hospedeiras, fazer reparações urgentes (incluindo o fornecimento de ferramentas apropriadas e materiais utilizados localmente). As seguintes questões devem ser consideradas numa resposta de abrigo (e por tanto nos PC):

Questões chave a serem consideradas num Plano de Contingência

Atores chave

- Qual é a política do governo para abrigar a população afetada?
- Quais órgãos governamentais são os responsáveis pelas atividades relacionadas com abrigo, habitação e assentamentos aos diferentes níveis?
- Que organizações não-governamentais, nacionais ou internacionais estão ativas na prestação de abrigo? Qual esta a liderar o grupo temático (cluster) de abrigo?
- Existem empresas do sector privado ligadas ao âmbito da construção que poderiam ter um papel numa resposta a emergências?

Monitoria e avaliação

- Quais são as diferentes ferramentas de avaliação e monitoria a serem utilizadas durante as fases de emergência e recuperação para abrigo?
- Quais são os padrões mínimos de reposta humanitária a serem utilizados? (normas nacionais e internacionais).
- Como vai-se avaliar a estabilidade dos locais de habitação após o desastre?
- Quais são as normas de construção / habitação / assentamentos a serem observadas? (nacionais e internacionais).

Cenários

- Quais são os impactos no abrigo em cada um dos cenários previstos no PC?
- Qual é o volume de população alvo a ser apoiada no âmbito de abrigo para cada cenário?
- Quais serão as necessidades de abrigo para a população alvo dos cenários?

Soluções de abrigo

- Que soluções de abrigo podem fazer o melhor aproveitamento do conhecimento, capacidades e recursos da comunidade?
- Quais dificuldades particulares podem surgir nas diferentes estações do ano? (inverno, verão, época chuvosa, etc.)

- Foram identificados locais seguros para funcionar como centros de evacuação e de acomodação? Como é que serão identificados?
- Existem fornecedores locais de bens de socorro e construção? (tendas, lonas, ferramentas, materiais de construção...)
- Qual e quanto material de emergência existe preposicionado localmente?
- Quais materiais de construção tradicionais estão disponíveis localmente? A sua utilização em grande quantidade prejudica o meio ambiente? Quais outros materiais poderiam ser usados alternativamente?
- Que tipo de assistência será necessária para as pessoas afetadas que estão sendo hospedadas em casas de familiares ou vizinhos? (ajuda alimentar, aquecimento, cozinha, produtos de higiene, água ou saneamento, ou mesmo material de abrigo).
- Como pode a assistência técnica para a reconstrução melhor apoiar as famílias?
- Será que a distribuição de dinheiro ou senhas (vouchers) pode ser uma solução apropriada em quanto que permite as próprias pessoas escolher a solução às suas necessidades?

6. AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA

a) Avaliação do número de páginas

A seguinte tabela apresenta um primeiro análise do “volume” dos documentos:

Distrito / Província	Páginas do documento	Anexos
Maganja da Costa	7	-
Namacurra	1	-
Nicoadala	7	-
Zambézia	19	22

b) Avaliação da estrutura dos documentos

A seguir apresentam-se os índices dos planos de contingência a serem avaliados:

Maganja da Costa (sete páginas)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução <ol style="list-style-type: none"> a. População b. Ocorrência de eventos naturais nos últimos anos 2. Zonas propensas 3. Principais atividades a realizar antes, durante e depois 4. Prevenção <ol style="list-style-type: none"> a. Saúde b. Educação 5. Monitoria meteorológica e hidrométrica 6. Recursos existentes a nível do distrito <ol style="list-style-type: none"> a. Sistema de salvação b. Enfermagem c. Armazéns 7. Indústria e comércio 8. Transporte e comunicações <ol style="list-style-type: none"> a. Plano de evacuação 9. Necessidades <ol style="list-style-type: none"> a. Plano de Insumos e Orçamento <ol style="list-style-type: none"> i. Saúde ii. Agricultura iii. Géneros alimentícios iv. Combustíveis e lubrificantes v. Educação vi. Infraestruturas vii. Equipamentos medição de precipitação 10. Comité Operativo de Emergência <ol style="list-style-type: none"> a. Lista de contactos dos membros do COE

Namacurra (uma página)

1. Impacto
2. Atividades a desenvolver

Nicoadala (sete páginas)

- a) Introdução
 - a. Metodologia
- b) Breve descrição da situação em tempo de normalidade
 - a. População
 - b. Situação das vias rodoviárias
 - c. Abastecimento de água
 - d. Infraestruturas de saúde
- c) Identificação de zonas vulneráveis de estimativas de pessoas afectadas
 - a. Previsão meteorológica
 - b. População propensa a calamidades
 - c. Casos de doenças em emergências anteriores
- d) Programa das ações antes, durante e depois
- e) Recursos disponíveis e necessários
 - a. Infraestruturas de apoio nas localidades propensas
 - i. Educação
 - ii. Hospital
 - iii. Casas
 - b. Necessidades para Cuidados Básicos de Saúde
 - c. Necessidades de recursos
 - i. Humanos
 - i. Materiais
 - ii. Logísticos

Zambézia (dezanove páginas mais anexos)

1. Introdução
2. Objetivos
3. Metodologia
4. Pressupostos (avaliação de ameaças)
 - a. Principais ameaças da província, distritos mais propensos
 - b. Situação hidrológica prevalente
 - c. Previsão climática para a época chuvosa e de ciclones
 - d. Interpretação da previsão climática e hidrologia
5. Necessidades
6. Mecanismos de coordenação
 - a. Conselho técnico provincial de gestão de calamidades (CTPGC)
 - b. Centro operativo de emergência (COE)
 - c. Comités locais de gestão do risco de calamidades (CLGRC)
7. Plano operacional sectorial
8. Orçamento
9. Considerações finais
10. Anexos
 - a. Orçamento por Sector e por Distrito
 - b. População em Risco por Região e Local
 - c. Meios Disponíveis e Necessários
 - d. Necessidades alimentares e sementes
 - e. Abrigos Temporários
 - f. Vias de acesso terrestre e aérea
 - g. Listas de Contactos
 - h. Fluxo de Informação

Na tabela a seguir apresenta-se uma comparativa de conteúdos dos PC em estudo respeito ao modelo de estrutura proposto pela FICV:

Estrutura Padrao de Plano de Contingencia (Ficv)	Distritos			Província
	Maganja	Namacurra	Nicoadala	Zambézia
1. Introdução				
- Breve introdução ao documento	Sim	Não	Sim	Sim
2. Cenários de desastres				
- Perigos e riscos.	Sim	Não	Não	Sim
- Vulnerabilidades e capacidades.	Não	Não	só apoio infraestruturas	Sim
- Papel, mandato e as capacidades da instituição.	quem faz o que	quem faz o que	quem faz o que	quem faz o que
- Cenários possíveis.	Não	Não	só saúde	População em risco
- Premissas	Não	Não	só saúde	Não
3. Plano operacional				
- Estratégia (com fases, objetivos, atividades, números de população alvo...)	só atividades	só atividades	só atividades	só atividades
- Áreas de intervenção (técnicas e geográficas).	Sim	Não	Sim	Sim
- Avaliação de emergência.	Não	Não	Não	Não
- Estrutura de gestão.	Não	Não	Não	Não
- Logística (transporte, compras).	Sim	Não	Não	Sim
- Telecomunicações.	Não	Não	Não	Não
- Média e informações.	Não	Não	Não	Sim
4. Coordenação				
- Interna.	Não	Não	Não	Sim
- Externa.	Não	Não	Não	Não
5. Qualidade e responsabilidade				
- Padrões.	Não	Não	Não	Sim
- Princípios.	Não	Não	Não	Sim
6. Implementação do plano				
- Aprovação do plano e distribuição.	Não	Não	Não	Sim
- Identificação de lacunas e áreas que necessitam de fortalecimento.	Sim	Não	Sim	Sim
- Preposicionamento e logística.	Não	Não	Não	Não
- Recursos humanos, treinamento, simulação, voluntários.	só recursos Humanos	Não	só recursos Humanos	só recursos Humanos
- Mecanismo de acionamento.	Não	Não	Não	Não
- Mobilização de recursos.	Sim	Não	Sim	Sim
- Plano de revisão.	Não	Não	Não	Não

7. Anexos				
- Procedimentos operacionais padrão.	Não	Não	Não	Não
- Mapas, análise de risco e perigos, VCA.	Não	Não	Não	Não
- Modelo de construção de cenários.	Não	Não	Não	Não
- Estrutura organizacional e autoridade em desastres, diagrama de resposta às catástrofes.	Não	Não	Não	Não
- Listas de contactos.	Sim	Não	Não	Sim
- Outros documentos de referência (MdE, etc).	Não	Não	Não	Não

Principais constatações:

- **AVC e cenários:** nenhum dos PC apresenta uma avaliação de vulnerabilidades e capacidades, nem apresenta cenários possíveis, mesmo se depois conseguem fazer estimativa de pessoas afetadas. O motivo pode ser que os PC estejam baseados em experiências passadas de desastres no território.
- **O papel das instituições:** as áreas de intervenção aparecem descritas em outros capítulos, também existem tabelas enumerando “quem faz o que”, mas seria interessante desenvolver mais este apartado sobre a responsabilidade das instituições públicas e parceiros.
- **Estratégias de resposta:** os PC apresentam planos de ação, mas não incluem objetivos nem resultados por cada fase da emergência.
- **Avaliação de danos:** a avaliação de danos é uma atividade que está-se a fazer na pratica (existe a ferramenta de avaliação multi-sectorial para as primeiras 48 horas desenvolvida pelo INGC e também várias ferramentas de avaliação por cada sector), por tanto poderiam-se incluir como anexo no documento.
- **Logística e telecomunicações:** os PC especificam os meios de transporte e disponibilidade de armazéns mas não oferecem informações sobre o material preposicionado. Não oferecem informações sobre Tecnologias de Informação.
- **Coordenação:** os PC incluem as listas de contactos dos membros dos diferentes COE mas não vem explicado o seu funcionamento (estrutura organizacional e autoridade em desastres), nem sobre os procedimentos operacionais.
- **Qualidade e responsabilidade:** referências à legislação Moçambicana sobre emergências, para além aos princípios humanitários e padrões Esfera poderia ser um excelente subsidio ao documento.
- **Implementação dos planos:** os PC não explicam o processo de aprovação do documento; identificam algumas lacunas a serem cobertas ao nível de bens de socorro mas não fazem uma avaliação das capacidades do pessoal a serem melhoradas. Também não incluem plano de revisão do documento.

7. AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS SOBRE ABRIGO

a) Maganja da Costa:

Na tabela “Quem faz o que antes, durante e depois” inclui varias atividades de abrigo:

ACTIVIDADES	CRONOGRAMA												SECTOR
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	A	A	S	
ANTES													
Revitalizar o sistema de alerta e aviso prévio													Governo do Distrito / Parceiros
Capacitar os Comités de Gestão de Riscos													
Sensibilizar as comunidades para transferirem-se para os centros													
Preposicionar os recursos materiais necessários e alimentares													
Inscrição de alunos													Educação Juventude e Tecnologia / Parceiros
Distribuição do livro da caixa escolar													
Mobilização das comunidades para participar na reabilitação de salas de aulas													
Durante													
Ativação do COE Distrital													Governo do Distrito / Parceiros
Evacuar pessoas para lugares seguros													
Instalar centros de trânsito para o registo e triagem													
Distribuir bens de socorro e alimentos													
Depois													
Reassentar a população deslocada													Gov. Distrito
Distribuir sementes e outros utensílios para produção agrícola													Agricultura / Parceiros
Distribuir árvores de fruta nos centros													
Realizar feiras de insumos													
Distribuição de material de construção nos centros de reassentamento													Gov. Distrito
Dar continuidade com o programa de construção													

No capítulo 4 “Prevenção” não se faz menção às questões de abrigo. Note-se que o nome do capítulo deveria ser “preparação”.

No capítulo 6 “Recursos existentes a nível do distrito” só fala sobre salvação, saúde e infraestruturas de armazenagem. Não especifica nada sobre abrigo. Será que não existe nenhum material preposicionado ao nível do distrito?

No capítulo 7 “Indústria e comércio” não especifica nada sobre abrigo, mas seguramente tem fornecedores de materiais de construção e pedreiros.

No capítulo 8 “Transporte e comunicações” especifica os médios disponíveis para transporte de materiais, o que pode servir para distribuição de bens não alimentares. Inclui também um “plano de evacuação”:

Distrito		Localidade		Risco de evacuação	Meios de evacuação	Rotas de evacuação	Local de abrigos temporários
Nome	População	Nome	População	População			
Mag da Costa	28.148	Morla	11.540	1.740	Barco	Sede-zonas altas	Escolas, igrejas e lojas
		Nomiua	16.608	2.824	Barco	Nomiua-Zonas altas	Escolas, igrejas e lojas
		Gentivo			Barco	Nomiua-Zonas altas	
			28.148	4.564			

O documento não inclui uma lista de edifícios poderiam ser utilizados

No capítulo 9 “necessidades” inclui uma lista de artigos relativos a abrigo e bens não alimentares:

#	Actividade	Qtd	P/unit (Mt)	Total
Saúde				
01	Aquisição de tendas hospital	3		
02	Aquisição de tendas para CTC	7		
03	Aquisição de tambores de água de 50 l	15	900,00	13.500,00
04	Depósito de água 50 l com torneira	15	1.250,00	18.750,00
05	Baldes plásticos	100	100,00	10.000,00
06	Bacias plásticas	100	80,00	8.000,00
07	Copos plásticos	100	10,00	1.000,00
08	Pratos plásticos	100	20,00	2.000,00
09	Colheres	100	10,00	1.000,00
10	Luvras	500 par	98,00	49.000,00
11	Máscaras	100	125,00	12.500,00
12	Batas para o campo de CTC	50	150,00	7.500,00
13	Galochas	50 par	350,00	17.500,00
14	Pulverizadores	15	2.750,00	41.250,00
15	Candeeiros	20	200,00	4.000,00
16	Lanternas	20	95,00	1.900,00
17	Pilhas	40	10,00	400,00
18	Petróleo	200 l	45,00	9.000,00
19	Corda	2 Rolos	1.700,00	3.400,00
20	Sabão	3 cx	450,00	1.350,00
21	Vassouras	20	150,00	3.000,00
22	Mantas	100	500,00	50.000,00
23	Tarimbais	100	250,00	25.000,00
Agricultura				
24	Aquisição de sementes de hortícolas	6 kg	7.000,00	42.000,00
25	Aquisição de sementes de arroz	10 ton.	15.000,00	150.000,00
26	Aquisição de sementes de milho	3 ton.	35.000,00	105.000,00
27	Realização de feiras de insumos (4.000 beneficiários)	4		1.600.000,00
Géneros alimentícios				
28	Aquisição de farinha de milho	1 ton.	25,00/kg	25.000,00
29	Aquisição de feijões	500 kg	55,00	27.500,00
30	Aquisição de sal	100 kg	10,00	1.000,00
31	Aquisição de óleo de cozinha	200 l	45,00	9.000,00

Combustíveis e lubrificantes				
32	Diesel	2.000 l	42,00	84.000,00
33	Gasolina	1.800 l	48,00	86.400,00
34	Lubrificantes	20 l	160,00	3.200,00
Mantimentos				
35	Água mineral	200 l	30,00	6.000,00
36	Sumos	100 pac.	50,00	5.000,00
37	Bolachas	100 pac.	35,00	3.500,00
38	Latarias	5 cx	1.050,00	5.250,00
39	Pão			6.000,00
Educação				
40	Tendas escolares	13		
41	Tendas família	33		
42	Quadros pretos	26	1.200,00	31.200,00
43	Kit do aluno	3.840	190,00	729.600,00
44	Kit do professor	33	925,00	30.525,00
45	Chapas de zinco	800	300	240000,00
46	Cimento	500	450	225000,00
47	Pregos	12 kg	90,00	1.080,00
48	Construção de salas de aulas	6	200.000,00	1.200.000,00
49	Carteiras	600	2.550,00	1.530.000,00
50	Secretárias	24	900,00	21.600,00
Infraestruturas				
51	Construção de casas para reassentados	300	54.000,00	16.200.000,00
52	Abertura de furos de água	5	250.000,00	1.250.000,00
53	Tendas família	1.000		
54	Rolos plásticos	100		
Equipamentos medição de precipitação				
55	Aquisição de pluviómetros	6	675,00	4.050,00
56	Contratação de um leitor	1	500,00x5	2.500,00
Total				32.892.125,00

O número de tendas familiares solicitado (1000) pode corresponder com os cálculos de pessoas a serem deslocadas (4564) da tabela anterior. Mas será que já foi refletido se a tenda é a melhor solução de abrigo de emergência? (ver estudos sobre o Kit de Abrigo e sobre as famílias hospedeiras feitos pela CVM no ano 2013).

b) Namacurra:

O PC ocupa unicamente uma página, com uma tabela “Quem faz o Que e Quando”:

Atividades a desenvolver	Responsável	Novembro			Dezembro			Janeiro		
		2ª S.	3ª S.	4ª S.	1ª S.	2ª S.	3ª S.	1ª S.	2ª S.	3ª S.
Formar os Comitês Locais de Gestão de Risco nas Zonas de Risco	INGC			X						
Pré -posicionar meios de salvamento, bens de sobrevivência e de socorro	INGC			X	X					
Identificar populações Mais Vulneráveis	SDSMAS			X	X	X				
Treinamento de voluntários para cuidados básicos de prevenção e cura	SDSMAS			X	X	X				
Treinamento de pessoal técnico para o uso de pacotes mínimos de tratamento Anti Retroviral; e deteção de doenças epidémicas;	SDSMAS			X	X	X				

Capacitação de coordenadores de ZIPS, Professores e Concelhos de escola em matéria de Prevenção e Mitigação	SDEJT			X	X	X				
Palestras nas Escolas em matéria de aviso prévio sobre os cenários frequentes em cada região.	SDEJT			X						
Sensibilizar operadores económicos para garantir as reservas de alimentos para o período de escassez ou de emergência	SDAE			X	X	X				
Disponibilizar Sementes para ciclo Curto para Zonas Baixas	SDAE			X	X	X	X	X		
Sensibilizar as populações a pratica de culturas tolerantes a inundações	SDAE			X	X	X				
Sensibilizar as populações para a pratica de agricultura nas zonas altas e baixas de forma a garantir a segurança alimentar	SDAE			X	X	X				
Realização de Campanhas de medição de caudal	SDPI				X	X	X	X	X	X
Levantamento da Situação real da infraestruturas (Vias de acesso, abastecimento de agua e saneamento)	SDPI			X	X	X				
Realizar campanha de medição de qualidade de água nas fontes de abastecimento de água	SDPI				X	X				

A tabela não inclui nenhuma atividade sobre abrigo, para além da referência ao posicionamento de bens de socorro (mas não especifica quais bens).

c) Nicoadala:

O documento não faz cenários de potenciais desastres e por tanto não especifica o número de pessoas que podem ficar afetadas.

O documento inclui uma tabela intitulada “Infraestruturas de apoio à População de localidades propensas as Calamidades”, que inclui infraestruturas de educação, saúde e casas, para além de bens não alimentares (ferramentas, baldes e sabão). Não fica claro se os BNA correspondem a material posicionado ou necessidades.

O documento inclui um plano de ação, que inclui várias atividades referidas á abrigo:

No documento também existe um quadro de necessidades e custos:

O SDPI está a designar a dos técnicos de construção para a resposta a emergência.

Está-se a solicitar 335 tendas (familiares) 1689 lonas (não especifica dimensões – caso ser de tamanho igual à FICV, tem que se distribuir 2 lonas por família). Por tanto o material a posicionar serve para $335 + 1689/2 = 1179$ famílias.

O custo unitário duma lona é estabelecido em 280 meticais (aproximadamente 10 dólares – a FICV considera um custo de origem de 15 dólares).

Cada tenda tem sido orçamentada em 35.000 meticais (aproximadamente 1000 dólares) o que é a todas luzes excessivo (a tenda da FICV costa 300 dólares em origem).

A tabela não está a referir à solução de kits de abrigo de emergência (82 lonas e kit de ferramentas) com um custo em origem de 90-100 dólares (3000 meticaís).

d) Zambézia:

As questões referidas a abrigo encontram-se nos anexos do PC.

Na Tabela 5: ACÇÕES DO INGC – DELEGAÇÃO PROVINCIAL descrevem-se algumas atividades ligadas à abrigo:

Nº	Actividade	Antes	Durante	Depois
1	Harmonizar e reajustar o Plano de Contingência	X		
2	Realizar uma Simulação em 5 distritos nomeadamente: Chinde, Mopeia, Morrumbala, Maganja da Costa e Cidade de Quelimane	X		
3	Divulgação do Plano de Contingência	X		
4	Activar 115 CLGRC e 9 CTDGC's de Chinde, Mopeia, Morrumbala, Maganja da Costa, Pebane, Inhassunge, Quelimane e Namacurra	X		
5	Aquisição e alocação dos combustíveis aos distritos para os meios de salvamento e monitoria, sendo 5.800 L de Diesel, 6.400 L de gasolina e 280 L de óleo de 2T e Pré-posicionar barcos	X		
6	Verificar e testar o estado dos meios de socorro existentes	X		
7	Identificar áreas seguras e disponíveis para albergar famílias deslocadas a nível das Cidades e dos Distritos em caso de ocorrência de qualquer calamidade	X		
8	Avaliar as necessidades imediatas de assistência humanitária e coordenar ações de acomodação das populações afetadas		X	
9	Garantir o registo e controlo de pessoas afetadas Colocar em prontidão brigadas de reposição de vias de acesso		X	
10	Elaborar planos operacionais por cada bairro de reassentamento		X	
11	Monitorar e coordenar os programas de reassentamento nos distritos			X
12	Tratamento de informação e disseminação de mensagens de alerta face a ocorrência de calamidades e ativação do comité de transportes para resposta			X
13	Informação permanente aos órgãos de comunicação social sobre o estado do tempo	X	X	X
14	Assistência alimentar às vítimas do evento		X	X

Comentários à tabela:

- Geralmente nas simulações sempre inclui-se a componente de abrigo. Seria interessante ter acesso aos relatórios das simulações para alimentar o próprio plano de contingência.
- Os CLGR incluem membros especializados em abrigo.
- Geralmente os meios de socorro incluem abrigo, seria interessante anexar os relatórios do estado para alimentar o PC.
- Inclui-se como atividade a identificação de áreas seguras, mas será que existe o relatório da identificação?
- Dentro das necessidades imediatas da população geralmente inclui-se o abrigo.
- O registo de pessoas geralmente se faz nos centros de acomodação.

- É interessante que no plano de atividades se inclui uma estratégia de reassentamento mas não se tem em conta outras alternativas mais sustentáveis, isso precisaria de uma reflexão muito profunda.

Existem duas tabelas com atividades referidas à DPOPH:

Tabela 8 - ACÇÕES DO DIREÇÃO PROVINCIAL DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Nº	Actividade	Antes	Durante	Depois
1	Inspeção e Manutenção da rede de Observação Hidrológica e sua atualização	X		
2	Realização de Campanhas de medição de caudal	X	X	X
3	Levantamento da situação real das Infraestruturas	X		
4	A locar tanques de água nos Distritos		X	X
5	Provisionar preventivamente materiais de construção para obras de emergência	X		
6	Adquirir e distribuir aos distritos afetados, materiais de construção a edifícios destruídos total ou parcialmente com vista a reabilitar as infraestruturas escolares e adjacentes.	X		X
7	Levantamento rápido da situação de necessidade de água e apoio a reabilitação de fontes de água	X	X	X
8	Disponibilização de água potável e Infraestruturas de Saneamento e abertura de possíveis rotas de Acesso alternativo, incluindo a reparação de pontes, canais, vias de acesso e diques	X		X
9	Apoio a auto construção de latrinas		X	
10	Reabilitação de Instalações Públicas			X
11	Iniciar a reconstrução das infraestruturas destruídas Monitoria e avaliação	X		

Tabela 9 - ACÇÕES DA COMPONENTE DE ESTRADAS, URBANISMO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Nº	Actividade	Antes	Durante	Depois
1	Levantamento da situação das infraestruturas de fontes de abastecimento de água e de saneamento para identificação de ações para a devida intervenção			X
2	Formar Treinadores de 8 operadores dos sistemas móveis de tratamento e distribuição de água sendo 2 por distrito	X		
3	Promoção de boas práticas de higiene e saneamento básico e apoio a auto construção de latrinas	X	X	X
4	Manutenção e ensaio dos equipamentos móveis de tratamento e distribuição de água existentes	X	X	X
5	Aquisição de moto bombas a diesel	X		
6	Aquisição de tanques Blader de 5.000, 10.000 e 15.000 litros, respetivamente	X		
7	Construção de furos mecânicos, poços novos e reabilitação de fontes de água, para abastecimento de água nos distritos alvos			X
8	Disponibilização de água potável e Infraestruturas de Saneamento e abertura de possíveis rotas de acesso alternativo, incluindo a reparação de pontes, canais, vias de acesso e diques	X		X
9	Monitoria de níveis hidrométricos	X	X	X

Comentários às tabelas:

- A maior parte das atividades referem-se à água e saneamento.
- Nenhuma das tabelas incluem atividades de abrigo
- Seria interessante refletir e clarificar dentro da DPOPH quais são as suas responsabilidades no âmbito de abrigo.

A seguinte tabela faz referência à DPAA:

Tabela 11- AÇÕES DA DIREÇÃO PROVINCIAL DE ACÇÃO AMBIENTAL

Nº	Actividade	Antes	Durante	Depois
1	Atualização e levantamento físico dos espaços não ocupados de reassentamento nos Distritos de Morrumbala, Mopeia, Chinde e Maganja da costa	X		
2	Avaliação e levantamento de áreas potenciais para o reassentamento das populações afetadas	X		
3	Capacitação de líderes, Associações e Clubes do Ambiente em matéria de gestão de riscos de calamidade, com enfoque na prevenção e combate as queimadas descontroladas. Treinamento de equipas locais em matéria de atalhoamento. Levantamento físico mapeamento das respetivas áreas.			
4	Demarcar espaços de reserva pré definidos para fixação de novas famílias		X	
5	Atribuição de talhões às famílias necessitadas		X	
6	Demarcar áreas para equipamentos sociais básicos	X		

Comentários a tabela:

- A DPAA é a responsável da gestão sustentável do território.
- As atividades listadas fazem referência à atividades de reassentamento.

A Direção de Industria é a instituição provincial encarregada da aquisição de bens:

Tabela 12- AÇÕES DA DIREÇÃO PROVINCIAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Nº	Actividade	Antes	Durante	Depois
1	Avaliações rápidas da disponibilidade de alimentos, recursos e outros bens;	X		
2	Mobilização e contacto com potenciais fornecedores de bens de consumo;	X		
3	Identificação, definição e mapeamento dos fluxos de bens de consumo das zonas excedentárias.	X		
4	Facilitar e apoiar as atividades da aquisição de produtos e bens;		X	
5	Emitir pareceres para entrada de produtos para emergência;		X	
6	Facilitar e apoiar as atividades da aquisição de produtos e bens e participar e estimular ações da transformação e enriquecimento dos produtos alimentares.			X
7	Aquisição de produtos alimentares para população afetada pela Cheias e Inundações para 30 dias após salvamento e		X	
8	Garantir que as aulas decorram em locais protegidos contra Ciclone. Garantir que haja monitoria de Cheias e outras calamidades		X	

Comentários À tabela:

- Seria bom clarificar que tipo de bens a DPIC vai comprar.
- Caso que também tenha responsabilidade sobre a compra de bens para abrigo, confirmar se a DPIC tem acesso às especificações técnicas dos produtos a serem adquiridos.
- É estranho que seja a DPIC a ter a responsabilidade sobre as aulas e também a monitoria dos eventos naturais.

A seguir as atividades que são responsabilidade da DPMAA:

Tabela 13- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DA MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Nº	Actividade	Antes	Durante	Depois
1	Realização de encontros de sensibilização da população situada em zonas de risco	X		
2	Identificar populações mais vulneráveis, localizar e reunificar as famílias perdidas		X	
3	Levantamento dos grupos alvo afetados		X	
4	Divulgação da lei da família e da política de género	X		X
5	Encontros de sensibilização para a criação de Associações	X		X
6	Realizar atividades de apoio psico-social das famílias afetadas, bem como a providencia de suplementos alimentares para crianças em situação difícil			X
7	Capacitar ou reciclar ativistas ao nível dos locais de acomodação		X	X
8	Sensibilização das comunidades para a criação de Centros abertos	X		X

Comentários à tabela:

- As atividades ligadas a género da DPMAA poderiam se integrar nas questões de abrigo.

O PC faz uma estimativa de pessoas em risco por distrito administrativo. A seguir a tabela resume por distrito:

DISTRITOS		População em Risco					
		Seca		Ciclone/Vendaval		Cheias/Inundações	
Descrição	População	Max	Min	Max	Min	Max	Min
Alto Molocue	272.482	0	0	6.201	1.221	0	0
Chinde	119.898	3.032	768	10.100	3.077	9.210	4.340
Gurue	297.935	0	0	3.304	800	0	0
Inhassunge	91.196	936	374	3.743	963	910	380
Mopeia	115.291	4.732	1.183	534	203	9.370	4.483
Morrumbala	358.913	5.096	1.274	465	108	10.800	3.470
Namacurra	186.410	1.913	765	15.623	4.766	3.126	965
Nicoadala	231.850	2.379	952	11.621	4.103	8.720	1.200
Mag. da Costa	276.881	4.690	1.655	13.420	5.750	5.148	2.584
Pebane	185.333	3.871	1.290	11.302	4.925	2.680	1.045
Milange	498.635	607	243	200	86	639	203
Mocuba	300.628	5.194	1.731	3.514	931	1.256	782
Quelimane	193.343	0	0	3.968	920	366	147
TOTAL GERAL	3.128.795	32.450	10.235	83.995	27.853	52.225	19.599

Comentários à tabela:

- Os números de população em risco, por cenário e posto administrativo, são muito úteis para a preparação das ações de resposta.
- A preparação de capacidades de alojamento em locais seguros para abrigo deveria se ajustar á população em risco estimada em cada posto administrativo.

A tabela a seguir mostra os meios disponíveis:

TABELA 21 - MEIOS DISPONÍVEIS

Nº/ Ord	Item	Quantidade	Instituição	Localização
1	Viaturas 4x4	1	CVM	Quelimane
2	Barco	1	Save The Children	
3	Kits de socorro e sobrevivência			
4	Tendas familiares	3	INGC	
5	Lonas	1850		
6	Jerricans	650		
7	Barco	1	CVM	Mopeia
8	Motores p/Barcos de 40CV	1	DPOPH	Quelimane
9	Sistemas móveis de tratamento de água	5		
10	Motobombas operacionais	5		
11	Sistemas móveis de tratamento de água	6		
12	Tanques Plastex fixos de 10.000 litros	3		
13	Tanques Plastex fixos de 2.500 litros	2		
14	Tanque Blader (5000 litros)	5		
15	Acessórios de PVC Diversos	1		
16	Lajes para latrinas	120		
17	Barco com motor	1	IRD	Mopeia
18	Barcos c/Motores de 40 KV	3	WWF	Pebane
19	Barco de Alumínio	1	Marinha-Guerra	Macuse
20	Barcos	2	Concern	Chinde
21		1	FGH	
22		1	Governo Distrital	
23		1	INGC	
24		1	AAA	
25		1	Comp. Sena	
26		10	Sector Privado	
27		4	Visão Mundial	
28	Camiões	7	Sector Privado	
29	Barco	1	Visão Mundial	Mopeia
30	Rolos Plásticos (1x50 metros)	650	INGC	Quelimane
31	Viaturas	8	Governo Distrital	Gurue
32	Barco	1	INGC	Quelimane
33	Barco	1	INGC	Mag. Da Costa
34	Kits Escola	900	DPE	Quelimane
35	Tendas Escola	1		

Comentários à tabela:

- Seria bom que os bens apareceram ordenados por tipo (resgate, transporte, agua, educação, abrigo...)

- Os bens preposicionados de abrigo são realmente insuficientes respeito á população em risco dos cenários.

A tabela a seguir mostra as necessidades:

TABELA 22: RESUMO DOS MEIOS NECESSÁRIOS

Equipamentos / Materiais	Quelimane	Chinde	Murrumbala	Mopeia	M. da Costa	Pebane	Namacurra	Nicoadala	Inhassunge	Total
Barcos a motor		1	1	1	1		3		1	8
Barcos a remo		2	2	2	2		2		2	12
Camiões	1			1					1	3
Motores			1	1	1					3
Geradores	1	1								2
Tendas	50	5	5	5	5	1	5	1	1	78
Lonas	50	120	120	120	120	120	120	120	120	1.010
Mantas	150	200	200	200	200	200	200	200	200	1.750
Kits de Cozinha	50	300	300	300	300	300		300	300	2.100
Tanques de água	5	2	2	2	2	1	2	1	1	16
Certeza (Frascos)	2.000	3.000	3.000	3.000	3.000	2.000	3.000	3.000	2.000	24.000
Cloro Granulado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Redes Mosquiteiras	1.500	900	2.900	700	2.100	1.400	1.600	1.700	2.400	15.200
Lajes	250	100	100	100	100	50	100	100	100	1.000
Comunicação		2	2	2	2	2	2	2	2	16
Rádios		3	3	3	3	3	3	3	3	24
Telefone Celular		2	2	2	2	2	2	2	2	14
Combust. e lubrificantes	400	1500	400	400	1000	400	400	400	400	5.300

Comentários à tabela:

- Existem meios de transporte para bens de abrigo.
- O número de tendas e lonas necessários não corresponde com o número de pessoas em risco de acordo aos cenários.
- O número de tendas e lonas não é coincidente com os números dos PC distritais.

Existe uma tabela sobre abrigos temporários:

ANEXO 5: ABRIGOS TEMPORÁRIOS

Distrito	Salas de Aulas	Igrejas	Armazéns	Espaço p/ Montagem de tenda
Chinde	32	14		7 ha
Mopeia	21			
Murrumbala	26			
Maganja da Costa	5			
Quelimane	50		2	Namunho

Comentários à tabela:

- A tabela só inclui cinco distritos dos 17 identificados como propensos a desastres.
- A tabela não mostra quais são os edifícios identificados, nem os critérios utilizados.
- Não tem informação da capacidade de pessoas a abrigar nem a sua localização respeito as zonas de risco.

O PC inclui tabela dos membros do CTGC e tabela de parceiros:

TABELA 29 - LISTA DE CONTACTOS DOS MEMBROS DO CTGC PROVINCIAL E DISTRITAIS

Nº	INSTITUIÇÃO/SECTOR	NOME	CONTACTO
1	SPP-Z	Exma. Sra. Secretária Permanente	82
2	INGC	Exmo Sr. Delegado Provincial	82/84-3430654
3	INAM	Alberto Colarinho	825963500
4	DPEC-Z	Faustino Amimo	825365135
5	FADM	Tenente Gustavo A. Ngungulo	827225600
6	PRM	José Wing San	826010560
7	CSP-Bombeiros	Chabam Banua	826814480
8	DPCA-Z	José Sumindila	827782620
9	DPPF-Z	Sheila Sale	824194631
10	DPA-Z	Remigio Marco Posso	824036004
11	ANE	Daniel Patel	823259720
12	DPOPH-Z	Maurício Duarte	824343773
13	DPMAS-Z	Moisés A. Caetano	825228970
14	DPS-Z	Bernarda Bernardo	823905711
15	DPTC-Z / ADMAR	Daúdo Ali Ibraimo	820344400
16	DPRME-Z	Felisberto José Caetano	827639851
17	DPIC-Z	Segundo Jaime	827020930
18	Chinde	Secretário Permanente	825366470
19	Mopeia	Secretário Permanente	824324860
20	Morrumbala	Secretário Permanente	825918380
21	Maganja da Costa	Secretário Permanente	824324860
22	Pebane	Secretário Permanente	824289464
23	Nicoadala	Secretário Permanente	820908456
24	Inhassunge	Secretário Permanente	827378980
25	Quelimane	Representante do Governo da Cidade	823909170

TABELA 28: LISTA DE PARCEIROS DE COOPERAÇÃO E SECTOR PRIVADO

Nº	INSTITUIÇÃO	NOME	CONTACTO
1	AAA	Enma Reyes	829066396
2	CVM	Simone Boaventura Bonate	827056040
3	CCM	Lucas André	829799146
4	Concern	Carlos Basílio	821316294
5	FGH	Lázaro Calvo	826430149
6	Kukumbi	Ângelo Amaro	825533650
7	Visão Mundial	Israel Muba	827499590
8	Save The Children	Daniel Buvane	824419740
9	IRD	Mrcia Sousa	824650580
10	ActionAid	Carmen Munlhequete	824859070
11	ADRA	Farai	823054239
12	ADPP	Marcelo/Abel Paulo	848570396 / 826152333
13	IBIS	Elisa Langa/Costa Daniel	829650350 / 823102930
14	Kulima	Mirko Dotta / Benjamim Binifolo	827272393 / 824053506
15	ICAP	Jaime / Berta Vilanculos	828355198 / 823273950
16	ORAM	Lourenço Duvane	823862518
17	WWF	Sardinha	829389290
18	Water Aid	Mucuo / Maria de Carmo	829326633 / 828920280
19	Samaritans	Ziwa	843048974

Comentários às tabelas:

- As tabelas não especificam qual é a área de intervenção de cada instituição, seja do governo ou parceiros de cooperação.
- Por tanto também não especificam quem é a instituição líder para cada área.
- A tabela de parceiros não está atualizada (por exemplo Samaritans saiu da província), a Carmen Munhequete saiu da ActionAid há muitos anos.

e) Tabela resumo dos conteúdos sobre abrigo respeito á estrutura padrão

Questões a serem consideradas num Plano de Contingência	Maganja	Namacurra	Nicoadala	Zambézia
Actores chave				
- Qual é a política do governo para abrigar a população afetada?	Não	Não	Não	Não
- Quais órgãos governamentais são os responsáveis pelas atividades relacionadas á abrigo, habitação e assentamentos aos diferentes níveis?	Mais ou menos	Não	Mais ou menos	Mais ou menos
- Que organizações não-governamentais, nacionais ou internacionais estão ativas na prestação de abrigo? Qual esta a liderar o cluster de abrigo?	Não	Não	Não	Mais ou menos
- Existem empresas do sector privado ligadas ao âmbito da construção que poderiam ter um papel numa resposta a emergências?	Não	Não	Não	Não
Monitoria e avaliação				
- Quais são as diferentes ferramentas de avaliação e monitoria a serem utilizadas durante as fases de emergência e recuperação para abrigo?	Não	Não	Não	Não
- Quais são os padrões mínimos de reposta humanitária a serem utilizados? (normas nacionais e internacionais).	Não	Não	Não	Não
- Como vai-se avaliar a estabilidade dos locais de habitação após o desastre?	Não	Não	Não	Não
- Quais são as normas de construção / habitação / assentamento a serem observadas? (nacionais e internacionais).	Não	Não	Não	Não

Cenários				
- Quais são os impactos no abrigo em cada um dos cenários previstos no PC?	Não	Não	Não	Mais ou menos
- Qual é o volume de população alvo a ser apoiada no âmbito de abrigo para cada cenário?	Não	Não	Não	Mais ou menos
- Quais serão as necessidades de abrigo para a população alvo dos cenários?	Não	Não	Não	Não
Soluções de abrigo				
- Que soluções de abrigo podem fazer o melhor aproveitamento do conhecimento, capacidades e recursos da comunidade?	Não	Não	Não	Não
- Quais dificuldades particulares podem surgir nas diferentes estações do ano? (inverno, verão, época chuvosa, etc).	Não	Não	Não	Não
- Têm sido identificados locais seguros para funcionar como centros de evacuação e de acomodação? Como é que serão identificados?	Não	Não	Mais ou menos	Mais ou menos
- Existem fornecedores locais de bens de socorro e construção? (tendas, lonas, ferramentas, materiais de construção...)	Não	Não	Não	Não
- Quais materiais de construção tradicionais estão disponíveis localmente? A sua utilização em grande quantidade prejudica o meio ambiente? Quais outros materiais podem ser usados alternativamente?	Não	Não	Não	Não
- Qual e quanto material de emergência existe preposicionado localmente?	Não	Não	Não	Sim
- Será que a distribuição de dinheiro ou senhas (vouchers) pode ser uma solução apropriada em quanto que permite as próprias pessoas escolher a solução a suas necessidades?	Não	Não	Não	Não
- Que tipo de assistência será necessária para as pessoas afetadas que estão sendo hospedadas em casas de familiares ou vizinhos? (ajuda alimentar, aquecimento, cozinha, produtos	Não	Não	Não	Não

de higiene, água ou saneamento, ou mesmo material de abrigo).	Não	Não	Não	Não
- Quais são as necessidades de bens não alimentares a serem preposicionadas ou transferidas desde armazéns regionais/nacionais?	Sim	Não	Sim	Sim
- Como pode a assistência técnica para a reconstrução melhor apoiar as famílias?	Não	Não	Não	Não

COMENTÁRIOS GERAIS DA AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA

- Em termos gerais, todos os planos de contingência tem grandes lacunas em quanto a abrigo. Outras áreas (segurança alimentar, água e saneamento) estão melhor detalhadas.
- Parece como que não existe uma política clara do governo sobre a resposta às necessidades de abrigo.

Precisa-se duma reflexão seria sobre este assunto, ao nível de estratégia, liderança e responsabilidades das diferentes instituições.

- OS PCs não estão a ter em conta as capacidades locais para resposta e recuperação.

Cenários

- No referido a cenários, os PC não especificam vulnerabilidades nem impactos específicos para abrigo (pode ser que uma família perde a machamba mas não perde casa).
- O PC provincial tem criados cenários de potenciais desastres e por tanto consegue calcular o número de pessoas que podem ficar afetadas em cada distrito administrativo. Curiosamente essa informação não aparece nos PC distritais.
- Uma das necessidades imediatas da população geralmente é abrigo mas não aparece nenhuma indicação nos cenários sobre isso.

Coordenação - principais atores na área de abrigo

- Nenhum dos PC avaliados especifica claramente qual é a área de intervenção de cada instituição, seja do governo ou parceiros de cooperação. Por tanto também não especificam quem é a instituição líder para cada área.
- Papeis do governo ao nível provincial:
- A DPOPH a responsável das questões de habitação e portanto deveria ser também a responsável das questões de abrigo. Mas nos PC provincial, as tarefas estão ligadas unicamente a água e saneamento, Seria por tanto interessante refletir e clarificar dentro da DPOPH quais são as suas responsabilidades no âmbito de abrigo.
- A DPAA é a responsável da gestão sustentável do território. As atividades listadas fazem referência à atividades de reassentamento (só).
- DPIC: seria bom clarificar que tipo de bens a DPIC compra. Caso que também tenha responsabilidade sobre a compra de bens para abrigo, confirmar se a DPIC tem acesso as especificações técnicas de produtos a serem adquiridas. É estranho que esteja indicada a DPIC para a responsabilidade sobre os refúgios anticiclone e a monitoria de cheias.
- DPMAA: as atividades ligadas a género da poderiam se integrar nas questões de abrigo.
- Ao nível distrital:

- O mesmo nível de indefinição entre as direções provinciais acontece ao nível distrital. Por exemplo, a maior parte das atividades do SDPI referem-se à água e saneamento, não incluem atividades de abrigo.
- O papel dos parceiros para a componente de abrigo não fica claro.
- Não se está a ter em conta o sector privado (muito interessante para o fornecimento de bens de socorro e apoio técnico para construção).

Estratégia

- As estratégias não estão baseadas em objectivos nem resultados; estão baseadas unicamente em planos de ação.
- Os planos incluem várias atividades referidas à abrigo, mas que ainda ficam incompletas:
- Em geral, nas atividades de prevenção não se faz menção às questões de abrigo. Note-se que o nome do capítulo deveria ser “mitigação”.
- Também, nas atividades de preparação à resposta, não aparecem listadas atividades sobre abrigo, para além da referência ao posicionamento de bens de socorro (mas não especifica quais bens).
- Geralmente nas simulações sempre incluem-se a componente de abrigo. Seria interessante ter acesso aos relatórios das simulações para alimentar o próprio plano de contingência.
- Nos planos de ação incluem como atividade a identificação de áreas seguras, mas será que realmente se fez isso? (os PC avaliados são muito incompletos neste assunto).
- Respeito às diferentes soluções de abrigo, nos PC enumeram-se as tendas, lonas e abrigos coletivos. A informação referida a cada uma das soluções é fraca, e não parece haver uma reflexão sobre cada uma delas (ou outras soluções).
- É interessante que no plano de atividades se inclui uma estratégia de reassentamento mas não se tem em conta outras alternativas mais sustentáveis, isso precisaria de uma reflexão muito profunda.
- No referido à monitoria e avaliação, os PC não incluem ferramentas de trabalho.

Recursos existentes

- Recursos humanos:
- OS PC avaliados em geral não especificam os recursos humanos disponíveis, por tanto também não aparece informação específica sobre especialistas na área de abrigo.
- Recursos materiais:
- O PC provincial inclui uma tabela intitulada “Infraestruturas de apoio a População de localidades propensas às Calamidades”, que inclui infraestruturas de educação, saúde e casas.
- Abrigos comunitários: a identificação de locais seguros para abrigo temporário é realmente fraca. Os PC distritais não incluem mapas de infraestruturas a serem utilizadas como abrigo temporário, e no PC provincial aparece uma pequena tabela mas que não oferece informação suficiente.
- Os PCs incluem tabelas de bens não alimentares preposicionados; seria bom que os bens aparecessem ordenados por tipo (resgate, transporte, água, educação, abrigo...) Exemplo: uma tenda pode ficar preposicionada para a área de saúde, não para abrigo.
- Os bens preposicionados de abrigo são realmente insuficientes respeito à população em risco dos cenários. Geralmente os meios de socorro incluem abrigo, seria interessante anexar os relatórios do estado para alimentar o PC.
- Ao nível do distrito, os PC só falam sobre material preposicionado para as áreas de salvação, saúde e infraestruturas de armazenagem. Não especificam nada sobre abrigo.
- Logística:
- Os PC especificam os meios disponíveis para transporte de materiais, o que pode servir para distribuição de bens não alimentares.

Principais lacunas identificadas nos PC

- Em todos os PCs aparecem quadros de necessidades de bens e custos.
- Entre as “necessidades” aparecem artigos relativos á abrigo e bens não alimentares., mas não explica como foi calculado.
- Em geral o número de tendas e lonas solicitados não corresponde com o número de pessoas em risco de acordo aos cenários. Os números do PC provincial também não concordam com os números dos PC distritais.
- Os custos unitários dos materiais de abrigo poderiam estar errados.
- As tabelas de necessidades não estão a tomar em conta a solução de kits de abrigo de emergência.

8. PROPOSTA DE MELHORA DE CONTEÚDOS

a) Principais recomendações

As recomendações a seguir estão baseadas nos comentários feitos no anterior capítulo de avaliação:

Comentários gerais

- Em termos gerais, os PC deveriam dar mais atenção as questões de abrigo, pelo menos até o mesmo nível de outras áreas (agua e saneamento, agricultura, educação...)
- A partir das informações apresentadas nos diferentes PC, parece como que não existe uma política clara do governo sobre a resposta ás necessidades de abrigo. Precisa-se duma reflexão sobre este assunto, ao nível de estratégia, liderança e responsabilidades das diferentes instituições.
- Os PC deveriam tomar mais em conta as capacidades locais para resposta e recuperação.
- Os PC precisariam de ser atualizados e melhorados pelo menos uma vez por ano, dum modo participativo, facilitados por pessoal especialista.

Cenários

- Os PC deveriam incluir uma avaliação participativa das vulnerabilidades e capacidades existentes (em especial para abrigo).
- Os PC deveriam anexar os modelos de construção dos cenários para poder confirmar os cálculos ou revê-los de acordo ao evento que esteja a acontecer.
- Dentro de cada cenário, especificar os impactos na área de abrigo.

Coordenação - principais atores na área de abrigo

- Os PC hão de especificar quais são os papéis de cada uma das instituições, e quais são os líderes para cada sector e subsector.

- No âmbito de abrigo, a DPOPH seria a responsável da coordenação das questões de habitação, e a DPAA a responsável da área de ordenamento territorial.
- A DPIC poderia ter um papel muito importante na compra de bens não alimentares para abrigo.
- A DPMAA poderia estar atenta às questões de género na componente de abrigo.
- Mesma lógica para o nível distrital.
- Seria interessante clarificar os sectores em que cada parceiro identificado vai trabalhar se acontecer uma emergência.
- Também seria extremamente útil ter em conta o sector privado para o fornecimento de bens de socorro e apoio técnico para construção.

Estratégia

- As estratégias deveriam-se basear em objetivos e resultados.
- Nos planos de atividades, as questões de abrigo precisam de estar adequadamente detalhadas.
- É extremamente importante identificar atividades e soluções adequadas para cada fase da emergência (preparação, resposta, recuperação, reconstrução...)
- Deveriam-se estudar as diferentes alternativas de abrigo de emergência, para além da tenda.
- O governo de Moçambique acaba de publicar estratégia nacional de reassentamentos, que confirma que esta prática deve ser a última opção. Deveriam se portanto estudar em profundidade outras alternativas de reconstrução sustentável.
- As estratégias têm que incluir atividades de monitoria e avaliação.

Recursos existentes

- Recursos humanos:
 - Os PC deveriam especificar os recursos humanos disponíveis ao nível da província ou distrito.
 - Por tanto também seria interessante especificar as capacidades locais em quanto a especialistas no âmbito de abrigo e assentamentos (arquitetos, engenheiros, geógrafos...)
- Recursos materiais:
 - Deveria-se fazer um mapeamento exaustivo de infraestruturas existentes que possam servir como abrigo comunitário.
 - A partir do estudo profundo das diferentes soluções de abrigo, deveria se repensar o papel das famílias hospedeiras.
 - O material preposicionado deveria ser suficiente para pelo menos responder às necessidades da população afetada durante as primeiras semanas da emergência.
 - O material preposicionado deveria também ter em conta outras soluções disponíveis (kits de abrigo, kits de cobertura...)

Lacunas identificadas

- As lacunas identificadas no âmbito de bens de socorro devem ter em conta as diferentes so-

luções de abrigo, para além da tenda (por exemplo o kit de abrigo e cobertura).

- O número de itens solicitado deve ter uma correspondência lógica com os cenários de desastre previamente desenhados.
- Tem que se fazer uma atualização dos custos unitários dos bens.
- Os PC podem incluir atividades de capacitação no âmbito de abrigo de emergência (exemplo treinamento sobre o kit de abrigo).

b) Conteúdos sobre abrigo que poderiam ter os planos de contingência

A seguir apresenta-se uma tabela que tenta de resumir a estrutura padrão dum plano de contingência (a partir do modelo da FICV) e os aspetos específicos na área de abrigo para o contexto de Moçambique (tabela desenvolvida pelo consultor):

Capítulos e conteúdos gerais	Conteúdos específicos sobre abrigo	Anexos relacionados
8. Introdução	- A introdução poderia incluir alguma referência sobre os assentamentos humanos e habitação.	-
9. Cenários de desastres <ul style="list-style-type: none"> - Perigos e riscos. - Vulnerabilidades e capacidades. - Cenários possíveis. - Premissas de riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais órgãos governamentais são os responsáveis pelas atividades relacionadas à abrigo, habitação e assentamentos aos diferentes níveis? - Quais são os impactos no abrigo em cada um dos cenários previstos no PC? - Qual é o volume de população alvo a ser apoiada no âmbito de abrigo para cada cenário? 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapas - Análise de risco, perigos e AVC. - Modelo de construção de cenários.
10. Plano operacional <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia (por exemplo, busca e salvamento, socorro, recuperação), objetivos geral e específicos (incluindo números de população alvo). - Áreas de intervenção (técnicas e geográficas). - Avaliação de emergência. - Estrutura de gestão. - Logística (transporte, compra). - Telecomunicações. - Média e informações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual é a política do governo para abrigar a população afetada? - Definir as necessidades de abrigo da população alvo para cada um dos cenários. - A estratégia tem que ter em conta as diferentes soluções possíveis de abrigo de emergência: <ul style="list-style-type: none"> • Que soluções podem fazer o melhor aproveitamento do conhecimento, capacidades e recursos da comunidade? • Quais dificuldades particulares podem surgir nas diferentes estações do ano? (inverno, verão, época chuvosa, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação nacional sobre emergências. - Informação sobre diferentes soluções de abrigo. - Estudos sobre assentamentos locais. - Estudos sobre sistemas de construção tradicional de casas na província ou distrito. - Procedimentos operacionais padrão para abrigo. - Mapeamento de infraestruturas existentes para abrigos temporários.

	<ul style="list-style-type: none"> • Têm sido identificados locais seguros para funcionar como centros de evacuação e de acomodação? Como é que serão identificados? • Existem fornecedores locais de bens de socorro e construção? (tendas, lonas, ferramentas, materiais de construção...) • Qual e quanto material de emergência existe preposicionado localmente? • Quais materiais de construção tradicionais estão disponíveis localmente? A sua utilização em grande quantidade prejudica o meio ambiente? Quais outros materiais podem ser usados alternativamente? • Que tipo de assistência será necessária para as pessoas afetadas que estão sendo hospedadas em casas de familiares ou vizinhos? (ajuda alimentar, aquecimento, cozinha, produtos de higiene, água ou saneamento, ou mesmo material de abrigo). • Como pode a assistência técnica para a reconstrução apoiar as famílias do melhor modo? • Será que a distribuição de dinheiro ou senhas (vouchers) pode ser uma solução apropriada em quanto que permite as próprias pessoas escolher a melhor solução a suas necessidades? - Quais são as diferentes ferramentas de avaliação e monitoria a serem utilizadas durante as fases de emergência e recuperação para abrigo? 	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento de fornecedores locais de material de abrigo. - Especificações técnicas dos bens de abrigo (tendas, lonas, ferramentas...) - Plano de ação, por cenário. - Ferramentas de avaliação e monitoria específicas para abrigo.
11. Coordenação <ul style="list-style-type: none"> - Papel, mandato e capacidades de cada uma das instituições do governo referido a emergências. - Coordenação Interna e Externa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição do papel, mandato e capacidades de cada uma das instituições do governo referido a emergências. - Que organizações não governamentais, nacionais ou internacionais estão ativas na prestação de abrigo? Qual está a liderar o cluster de abrigo? 	<ul style="list-style-type: none"> - Organograma de coordenação (para abrigo), inclui instituições do governo e parceiros. - Termos de referência do papel de cada instituição que vai trabalhar no âmbito de abrigo, em especial a instituição líder. - Mapa "Quem faz o que e quando" - Listas de contactos.

	<ul style="list-style-type: none"> - Existem empresas do sector privado ligadas ao âmbito da construção que poderiam ter um papel numa resposta a emergências? 	<ul style="list-style-type: none"> - Padrões Esfera (capítulo abrigo). - Normas nacionais referidas à habitação e edificação.
12. Qualidade e responsabilidade <ul style="list-style-type: none"> - Padrões. - Princípios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os padrões mínimos de reposta humanitária a serem utilizados? Como vai-se avaliar a estabilidade dos locais de habitação após o desastre? - Quais são as normas de construção / habitação / assentamento a serem observadas? (nacionais e internacionais). 	<ul style="list-style-type: none"> - Padrões Esfera (capítulo abrigo). - Normas nacionais referidas à habitação e edificação
13. Implementação do plano <ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do plano e distribuição. - Identificação de lacunas e áreas que necessitam de fortalecimento. - Preposicionamento e logística. - Recursos humanos, treinamento, simulação, voluntários. - Mecanismo de acionamento. - Mobilização de recursos. - Plano de revisão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do plano e distribuição. - Identificação de lacunas e áreas que necessitam de fortalecimento (No âmbito de abrigo) - Preposicionamento de material de abrigo e logística. - Recursos humanos especializados em abrigo., treinamento, simulação, voluntários. - Mobilização de recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tabela sobre recursos humanos disponíveis para abrigo, e lacunas. - Stock de contingência para material de abrigo (acorde às necessidades identificadas nos cenários). - Fundos de contingência incluem linha orçamental para as atividades de abrigo (acorde às necessidades identificadas nos cenários). - Estratégia de capacitação em questões de abrigo para instituições do governo e parceiros (e comunidades).

c) O processo de desenvolvimento do capítulo sobre abrigo

O próprio autor deste relatório fez no ano 2011 um estudo de caso para a FICV sobre o desenvolvimento do capítulo de abrigo do plano de contingência do cluster de abrigo da Equipa Humanitária em Moçambique (HCT):

Plano de contingência para o cluster de abrigo em Moçambique

O seguinte estudo de caso tem por objetivo explicar o processo de desenvolver o capítulo de abrigo do Plano de Contingência Nacional da Equipa Humanitária em Moçambique.

Moçambique é propenso aos desastres, nomeadamente cheias, ciclones, secas e terremotos. Devido aos efeitos da mudança climática, nos últimos anos a frequência dos eventos climáticos está em aumento. Por esta razão a Equipa Humanitária em Moçambique está trabalhando numa base continua durante o ano. A abordagem de cluster foi introduzida

em 2007. Anualmente, o Plano de Contingência é preparado para a época chuvosa que está incluído no Plano de Contingência do Governo.

Em Moçambique, o cluster de abrigo está liderado conjuntamente pela Cruz Vermelha de Moçambique (focalizada na preparação e resposta) e ONU-Habitat (focalizada na recuperação e reconstrução sustentável).

Desenvolvimento do Plano de Contingência (passo à passo)

1. **Identificação de potenciais parceiros do cluster.** Neste sentido a procura pode começar nas organizações internacionais que estão a trabalhar no âmbito de abrigo (aquelas que são membros do cluster global de abrigo) e as instituições trabalhando em habitação. Também deve-se incluir as instituições do governo trabalhando em habitação, planeamento urbano e gestão do território. Identificar um líder da instituição.
2. **Recursos disponíveis.** Analisar o potencial de cada parceiro (especialistas em abrigo, trabalhadores e voluntários no terreno, material de socorro, fundos de contingência disponíveis....).
3. **Análise do material de socorro disponível no país.** Breve procura do material e fornecedores disponíveis no país. Material de socorro preposicionado no país pelos parceiros do cluster. Análise da idoneidade das diferentes soluções de abrigo de emergência (tendas, lonas, ferramentas...)
4. **Atividades a serem levadas a cabo antes, durante depois da emergência:** para identificar a forma em que as emergências são geridas no país (ler documentos disponíveis relacionados com procedimentos de emergência, realizar entrevistas individuais e encontros participativos com os atores chave, etc... de forma de obter a lista de atividades.)
5. **Aprovação do plano de contingência.** O documento final deve ser aprovado pelos membros do cluster e conhecido pelo governo e parceiros. Se quiser um documento que chegue a ser útil.
6. **Revisão do documento.** O documento deve ser revisado as vezes que fora preciso. O documento deve ser revisado pelo menos ao início da época de chuvas/ciclones ou depois dum evento.

9. BIBLIOGRAFIA

- Contingency Planning Guide (2012). FICV.
- Shelter after disaster. Guidelines for assistance (1982). UNDRO.
- Mozambique Shelter Cluster Contingency Plan case-study (2011). FICV.
- Manual de Gestão de Abrigos Colectivos (2013). CVM e CRE.
- Relatório Final do Seminário de Avaliação de Vulnerabilidades e Capacidades na Zambézia (2012). Oxfam

10. ANEXOS

- Plano de Contingência do distrito de Maganja da Costa
- Plano de Contingência do distrito de Namacurra
- Plano de Contingência do distrito de Nicoadala
- Plano de Contingência da província de Zambézia

PLANO DE CONTINGÊNCIA DO DISTRITO MAGANJA DA COSTA

1. INTRODUÇÃO

Segundo o censo 2007 e sua projecção, o Distrito da Maganja da Costa possui uma população de cerca de 301.916 habitantes. Administrativamente, o distrito é composto por 4 Postos Administrativos e 14 Localidades.

As vias de acesso são na sua maioria transitáveis no tempo seco destacando-se as terciárias como de difícil acesso no período chuvoso.

A precipitação nestes últimos anos tem vindo a passar do normal nos períodos de Outubro a Dezembro a anormal nos períodos de Janeiro a Março facto que tem culminado com inundações sobretudo no Posto Administrativo de Baixo LicungoNante e baixas sobre o rio Erive. Quadro 1 Abaixo

Quadro 1: Precipitação registada durante os últimos 2 anos

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total
2009/10	0,0	35,7	65,20	152,20	125,50	125,50	267,60	42,7	53,0	75,8	26,7	0,0	854,4
2010/11	0	127,09	40,80	181,70	280,30	280,30	239,3	58,3	29,5	77,5	4,7	3,2	1.322,69

Fonte: SDAE

Pela localização geográfica e seu relevo, o Distrito de Maganja da Costa é vulnerável para qualquer tipo de fenómenos naturais como as epidemias e as calamidades naturais: (ciclones, seca, cheias).

Ao longo dos últimos 11 anos ocorreram os seguintes fenómenos naturais, que afectaram de algum modo o Distrito:

- 2001 – Ocorrência de cheias no Nante, Missal, Gentivo e Cabuir; que afectou cerca de 2.378 famílias;
- 2003 – Ano em que houve seca nos povoados de Macuva, Localidade de Maneia e Mapira, Localidade de Cariua onde perto 346 famílias ficaram afectadas;
- 2004 – Igualmente anos em que se registou a seca em Cariua, perto de 179 famílias ressentiram-se deste fenómeno;
- 2005 – Cheias no Nante, Incêndio na Localidade de Cabuir que destruiu 40 casas, estiagem no Mapira afectando perto de 179 famílias, cólera a nível do Distrito;
- 2007 - Inundações no Nante e Cabuir que afectou 1.386 famílias;
- 2008 - Cheias/inundações no Nante afectando 778 famílias e 1.745 alunos;

- Ciclone no Posto Administrativo de Bajone afectando cerca de 100 famílias;
- Cheias no Nante que afectaram as culturas de Arroz, mandioca e milho.

- 2009 - Houve seca nos povoados de Mutange, Nhafuba, Sige, Inlabe e Mapira, Localidade de Cariua e Localidade de Cabuirtendo sido afectadas 2.313 famílias.
- 2012 - Houve chuvas intensas provocadas pelo Ciclone Funso tendo sido afetadas 22.789 pessoas.

As calamidades naturais tiveram impacto negativo em várias componentes desde a destruição das áreas de produção até as infraestruturas económicas e sociais.

As cheias que assolaram o Posto Administrativo de Baixo Licungo Nante e outros pontos do Distrito em 2001, 2005 e 2008 forçaram ao Governo do Distrito tanto como seus parceiros a definir estratégias e medidas de solução para eventuais situações de calamidades.

Face ao descrito em parágrafos anteriores, houve necessidade de elaboração de Plano de contingência multi-sectorial para o período 2011/12 com vista a responder possíveis situações de emergência.

No presente plano se aborda as áreas de: Intra-estruturas, Saúde, Educação e Actividades Económicas.

2. ZONAS PROPENSAS

As principais zonas propensas são:

Posto Administrativo de Baixo Licungo Nante: é habitado por 64.008 pessoas onde as áreas que se localizam ao longo do rio Licungo e a baixa de Navicoto se mostram mais vulneráveis. Em casos de inundações cerca de 29.706 habitantes ficam isoladas e 5.941 famílias perdem a produção devido ao alagamento das áreas cultiváveis.

Posto Administrativo de Maganja sede, habitado por 107.607 pessoas: Na Localidade de cabuir sobretudo na baixa sobre o rio Erive e nos povoados de gentivo, niquide e Mapira são tidas como zonas mais vulneráveis. Nestas zonas temos a referir que pelo menos 22.205 pessoas ficam isoladas no período das cheias e 6.754 famílias tem visto suas culturas perdidas por inundações (4.441) e seca (2.313).

Posto Administrativo de Mocubela é habitado por 34.964 pessoas e a população que tem sofrido inundações é das baixas sobre o rio Nipiode afectando cerca de 280 famílias.

Posto Administrativo de Bajone com a população de 70.302 pessoas, a Localidade de Missal é mais propensa em casos de cheias que chega a inundar os campos agrícolas, enquanto a Localidade de Naico é a vulnerável aos ciclones e vendavais.

A semelhança de Mocubela o número de famílias que perdem a produção varia de 375 a 850.

3. Principais actividades a realizar antes, durante e depois da ocorrência de calamidade

Actividades	CRONOGRAMA												SECTOR
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	
Antes													
Revitalizar o sistema de alerta e aviso prévio													Governo do Distrito / Parceiros
Capacitar os Comités de Gestão de Riscos													
Sensibilizar as comunidades para transferirem-se para os centros													
Preposicionar os recursos materiais necessários e alimentares													
Inscrição de alunos													Educação Juventude e Tecnologia / Parceiros
Distribuição do livro da caixa escolar													
Mobilização das comunidades para participar na reabilitação de salas de aulas													
Reabilitação de salas de aulas													
Durante													
Ativação do COE Distrital													Governo do Distrito / Parceiros
Evacuar pessoas para lugares seguros													
Instalar centros de trânsito para o registo e triagem													
Distribuir bens de socorro e alimentos													
Depois													
Reassentar a população deslocada													Gov. Distrito
Distribuir sementes e outros utensílios para produção agrícola													Agricultura / Parceiros
Distribuir árvores de fruta nos centros													
Realizar feiras de insumos													
Distribuição de material de construção nos centros de reassentamento													Gov. Distrito
Dar continuidade com o programa de construção													

4. PREVENÇÃO

Saúde

A educação em saúde pública sobre os aspectos básicos de higiene e saneamento do meio, distribuição de redes mosquiteira, administração de vacinas, triagem e nutricional através das equipas de saúde constituem uma das medidas preventivas do plano de contingência.

Quanto aos recursos humanos existe no Distrito pessoal técnico qualificados, Activistas da Cruz Vermelha e Conselhos Comunitários da Saúde para casos de emergências e serão construídos centros de tratamento de epidemias nos Postos Administrativos com maior vulnerabilidade.

Educação

Em termos de material o sector necessita de 9 tendas escolares para responder qualquer eventual acidente natural.

Mobilizar parceiros de modo a apoiar aos alunos afectados em Kits escolares.

Sensibilizar aos pais e encarregados de educação a reconstruir as salas de aulas.

5. CONTROLO METEOROLOGICO E HIDROMÉTRICO

O Distrito dispõe apenas de limitado sistema de controlo da situação pluviométrica nas zonas de: Maganja sede, Nante, Mocubela e privado (Mabala, Gurai e Muoloa).

O Distrito dispõe também de postos de observação hidrométrica nomeadamente em Mocubela (rio Nipiode), Nante (Munda Munda e Intabo) e igualmente existem pessoas indicadas para fazerem leituras diárias. Toda informação obtida será sistematizado e enviado a Secretaria Provincial e INGC.

6. RECURSOS EXISTENTES A NÍVEL DO DISTRITO

Em casos de emergência o Distrito dispõe os seguintes recursos:

6.1 Sistema de salvação

Nesta componente a CVM dispõe de 25 voluntários já formados e distribuídos nas comunidades de morla, mugoloma, moneia e Nante sede.

6.2 Enfermagem

Equipe

- 1 Clínico
- 3 Enfermeiros,
- 3 Agentes de serviço

Material

- 100 Pares de luvas número 8,
- 100 Pares de luvas número 7,5,
- 50 Catéteres número 18,
- 100 Catéteres número 16,
- 100 Catéteres número 22,
- 100 Catéteres número 24,

- 500 Seringas de 20 cc,
- 500 Seringas de 10 cc,
- 1.000 Seringas de 5 cc,
- 1.000 Agulhas monousas,
- 50 Fios desutura (seda cortante, 50 crómico),
- 15 Kits de penso completo,
- 4 Rolos de gases.

Soros

- 200 Frascos de lactato de ringer,
- 200 Litros de cloreto de sódio,
- 80 Litros de destroso,
- 900 Sistemas de soro,
- 500 Pacotes de soro oral,
- 50 Ampolas de glicose hipertónico,
- 50 Ampolas de cloreto de potássio,
- 20 Rolos de algodão,
- 50 Kg de hipoclorito de sódio,
- 1 Tanque de água de 500 litros,
- 1 Bombapulverisadora,
- 5 Pares de galocha,
- 1 Tenda de 001,

6.3 Armazéns

Para aprovisionamento de produtos diversos existem 3 armazéns sendo 2 na sede e 1 em Nante.

7. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estão asseguradas 5 máquinas de processamento de arroz na sede do Distrito (2) Posto Administrativo de Nante (3) podendo responder qualquer tipo de solicitação.

Existem operacionais a nível do Distrito pelo menos 9 moageiras para transformação do milho em farinha.

Nos estabelecimentos comerciais existem disponíveis diversos produtos alimentares podendo-se recorrer a estes, caso for necessário.

Grande parte da população residente em Cabuir possui plantações de palmar podendo efectuar a comercialização do coco para empresas madal e alif química.

8. TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

Quanto aos transportes há a destacar viatura do sector de Actividades Económicas (1), Infra-Estrutura (1), Saúde (1) e (3) ambulâncias e Governo do Distrito (1). Para estes efeitos contamos com a colaboração da ActionAid e ORAM. Para além do citado acima existem localmente 5 transportadores privados que podem colaborar na implementação do plano de contingência. Em relação aos transportes fluviais foi disponibilizado para o Posto Administrativo de Nante pela comissão provincial de emergência uma embarcação com capacidade de 17 lugares sem motor que poderá servir para o salvamento de pessoas e bens.

Em termos de comunicação estão instalados e operacionais rádios de comunicação em 2 Postos Administrativos havendo ausência deste sistema em Mocubela e Bajone.

Plano de evacuação

Tabela 2 plano de evacuação 2011/12

		Localidade		Risco de evacuação	Meios de evacuação	Rotas de evacuação	Local de abrigos temporários
Descrição	População	Descrição	População				
Mag. da Costa	28.148	Morla	11.540	1.740	Barco	Sede-zonas altas	Escolas, igrejas e lojas
		Nomiua	16.608	2.824	Barco	Nomiua-Zonas altas	Escolas, igrejas e lojas
		Gentivo			Barco	Zonas altas	
			28.148	4.564			

9. NECESSIDADES

Tabela 3: Plano de Insumos e Orçamento

#	Actividade	Qtd	P/unit (Mt)	Total
Saúde				
01	Aquisição de tendas hospital	3		
02	Aquisição de tendas para CTC	7		
03	Aquisição de tambores de água de 50 l	15	900,00	13.500,00
04	Depósito de água 50 l com torneira	15	1.250,00	18.750,00
05	Baldes plásticos	100	100,00	10.000,00
06	Bacias plásticas	100	80,00	8.000,00
07	Copos plásticos	100	10,00	1.000,00
08	Pratos plásticos	100	20,00	2.000,00
09	Colheres	100	10,00	1.000,00
10	Luvas	500 par	98,00	49.000,00
11	Máscaras	100	125,00	12.500,00
12	Batas para o campo de CTC	50	150,00	7.500,00
13	Galochas	50 par	350,00	17.500,00
14	Pulverizadores	15	2.750,00	41.250,00
15	Candeeiros	20	200,00	4.000,00
16	Lanternas	20	95,00	1.900,00
17	Pilhas	40	10,00	400,00
18	Petróleo	200 l	45,00	9.000,00

#	Actividade	Qtd	P/unit (Mt)	Total
Saúde				
19	Corda	2 Rolos	1.700,00	3.400,00
20	Sabão	3 cx	450,00	1.350,00
21	Vassouras	20	150,00	3.000,00
22	Mantas	100	500,00	50.000,00
23	Tarimbais	100	250,00	25.000,00
Agricultura				
24	Aquisição de sementes de hortícolas	6 kg	7.000,00	42.000,00
25	Aquisição de sementes de arroz	10 ton.	15.000,00	150.000,00
26	Aquisição de sementes de milho	3 ton.	35.000,00	105.000,00
27	Realização de feiras de insumos (4.000 beneficiários)	4		1.600.000,00
Géneros alimentícios				
28	Aquisição de farinha de milho	1 ton.	25,00/kg	25.000,00
29	Aquisição de feijões	500 kg	55,00	27.500,00
30	Aquisição de sal	100 kg	10,00	1.000,00
31	Aquisição de óleo de cozinha	200 l	45,00	9.000,00
Combustíveis e lubrificantes				
32	Diesel	2.000 l	42,00	84.000,00
33	Gasolina	1.800 l	48,00	86.400,00
34	Lubrificantes	20 l	160,00	3.200,00
Mantimentos				
35	Água mineral	200 l	30,00	6.000,00
36	Sumos	100 pac.	50,00	5.000,00
37	Bolachas	100 pac.	35,00	3.500,00
38	Latarias	5 cx	1.050,00	5.250,00
39	Pão			6.000,00
Educação				
40	Tendas escolares	13		
41	Tendas família	33		
42	Quadros pretos	26	1.200,00	31.200,00
43	Kit do aluno	3.840	190,00	729.600,00
44	Kit do professor	33	925,00	30.525,00
45	Chapas de zinco	800	300	240.000,00
46	Cimento	500	450	225.000,00
47	Pregos	12 kg	90,00	1.080,00
48	Construção de salas de aulas	6	200.000,00	1.200.000,00
49	Carteiras	600	2.550,00	1.530.000,00
50	Secretárias	24	900,00	21.600,00
Infraestruturas				
51	Construção de casas para reassentados	300	54.000,00	16.200.000,00
52	Abertura de furos de água	5	250.000,00	1.250.000,00
53	Tendas família	1.000		
54	Rolos plásticos	100		
Equipamentos medição de precipitação				
55	Aquisição de pluviómetros	6	675,00	4.050,00
56	Contratação de um leitor	1	500,00x5	2.500,00
Total				32.892.125,00

N.B: No orçamento não está contemplado os preços da tenda hospital, tenda escola e tenda família.

10. COMITÉ OPERATIVO DE EMERGÊNCIA (COE)

Contacto dos membros

Nº	Sector	Telefone
1	Chefe Gabinete do Administrador	82-4882360
2	Secretário Permanente Distrital	82-8493800
3	Chefe da Secretaria Distrital	82-0389990
4	Serviço Distrital Actividades Económicas	82-4421570
5	Serviço Distrital do Planeamento e Infra-estruturas	82-3928640
6	Serviço Distrital Saúde Mulher e Acção Social	82-7114380
7	Serviço Distrital Educação, Juventude e Tecnologia	82-5663520
8	Polícia da República de Moçambique	82-5275220
9	Posto Administrativo Nante	82-6087496
10	Posto Administrativo Mag Sede	82-5863395
11	Posto Administrativo de Mocubela	82-9631701
12	Posto Administrativo Bajone	82-6506930
13	Cruz Vermelha de Moçambique	82-6085992
14	ActionAid	82-2899450
15	GPZ	82-5010743
16	ORAM	82-5611430

PLANO DE CONTINGÊNCIA DO DISTRITO NAMACURRA

Ord.	Principais Ameaças face à época chuvosa e de ciclones	Zona de Risco	Actividades a desenvolver	Impacto	Responsável	Novembro			Dezembro			Janeiro		
						2ª Sem.	3ª Sem.	4ª Sem.	1ª Sem.	2ª Sem.	3ª Sem.	1ª Sem.	2ª Sem.	3ª Sem.
1	Chuvas e Inundações	1. Localidade de Muebele-Povoavos de Nabula e Nevura 2. Localidade de Furquia-Povoavos de Lugela 3. Localidade de Pida Povoado de Mugubla . 4. Localidade de Troco Namacurra/Macuse 4. Localidade de Namacurra Sede. Povoavos de Paua, Samaria, Maleia.	Formar os comités de gestão de risco nas Zonas de Risco	1. Inundações de Culturas Alimentares 2. Interrupção de Vias de acesso 3. Deslocamento da população 4. Destruição de infraestruturas	INGC			X						
			Pré -posicionar meios de salvamento, bens de socorro e de sobrevivência		INGC			X	X					
			Identificar populações Mais Vulneráveis		SDSM/AS			X	X	X				
			Treinamento de voluntários para cuidados básicos de prevenção e cura		SDSM/AS			X	X	X				
			Treinamento de pessoal técnico para o uso de pacotes mínimos de tratamento Anti Retrovir; a detecção de doenças epidémicas;		SDSM/AS			X	X	X				
			Capacitação de coordenadores de ZIPS, Professores e Concelhos de escola em matéria de Prevenção e Mitigação		SDEJT			X	X	X				
			Paralelos nas Escolas em matéria de aviso prévio sobre os cenários frequentes em cada região.		SDEJT			X						
			Sensibilizar operadores económicos para garantir as reservas de alimentos para o período de escassez ou de emergência		SDAE			X	X	X				
			Disponibilizar Sementes para ciclo curto para Zonas Baixas		SDAE			X	X	X	X	X		
			Sensibilizar as populações a pratica de culturas tolerantes a inundações		SDAE			X	X	X				
			Sensibilizar as populações para a pratica de agricultura nas zonas altas e baixas de forma a garantir a segurança alimentar		SDAE			X	X	X				
			Realização de Campanha de medição de caudal		SDPI				X	X	X	X	X	X
			Levantamento da Situação real da infraestruturas Vias de acesso, abastecimento de água e saneamento)		SDPI			X	X	X				
			Realizar campanha de medição de qualidade de água nas fontes de abastecimento de água		SDPI				X	X				

PLANO DE CONTINGÊNCIA DO DISTRITO NICOADALA

Introdução

As tendências dos últimos 3 anos indicam para os meses de Outubro a Dezembro de um ano e Janeiro a Março do ano seguinte tem sido irregular (subindo e baixando imprevisivelmente), com ocorrências de estífiagem, ciclones, cheias e erosão de terras, causando danos consideráveis de infra-estruturas, dum lado, fome e outras privações, surto de doenças epidémicas e endémicas por outro, em 3 localidades do distrito.

Desta lição, advém a necessidade de previsão de um rol de actividades a nível de comunidades, serviços em particular e do Governo no geral, visando:

- Repor rapidamente as energias e bens eventualmente perdidos;
- Mitigar os impactos negativos das interperies;
- Reduzir o grau de vulnerabilidade das populações;

É neste contexto que o Governo do Distrito concebeu este plano de Gestão de calamidades o qual faz parte anexa do Plano económico e Social e Orçamento de 2012, em virtude de a nota nº 1887/DP/INGC-Z/019/2012, ter sido recebida (pela aprovação da 1ª da proposta do PESO 2012 pela DPPF).

Metodologia seguida para a elaboração do Plano

Para a elaboração do plano, adoptou-se o princípio de planificação participativa onde todos os Serviços Distritais contribuíram para que o plano reflectisse aquilo que serão as necessidades e prioridades reais das comunidades e o seu papel na resolução dos problemas mais dominantes.

Este plano está estruturado em:

- Breve descrição da situação em tempo da normalidade;
- Identificação de zonas vulneráveis de calamidades e estimativas de pessoas vítimas;
- Previsão das acções antes, durante e depois da ocorrência das calamidades em socorros das vítimas;
- Recursos necessários e disponíveis;

I - POPULAÇÃO EM TEMPO NORMAL

Quadro 1 - População segundo o censo 2007						Índice
Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Maculinidade
234.475	100,0	114.173	48,6	120.302	51,3	47%

Fonte: Secretária Distrital

O distrito de Nicoadala é o 8º, mais populoso da província da Zambézia, possuindo actualmente uma população de 234.475 habitantes, o que corresponde a uma densidade média de 37, 3 hab/km², segundo o censo de 2007. A população rural representa 100%.

A esperança de vida é 35 anos, sendo 34 para homens e 36 para mulheres e o número médio de pessoas por agregado familiar é de cerca de 5 pessoas.

Situação das vias rodoviárias

As 7 principais vias de acesso são transitáveis ao longo do ano, dando vantagem para socorro e abastecimento das populações em caso de necessidade:

Partida	Passagem por	Destino	Percurso	Observações
Nicoadala	Munhonha	Licuar	18 km	Estrada alcatroada, transitável
Nicoadala	Namacata	Quelimane	45 km	Estrada alcatroada, transitável
Nicoadala	Maquival	Zalala	90 km	Estrada alcatroada e deficiente
Nicoadala		longe	60 km	Terra batida, transitável
Nicoadala		Madal	75 km	Terra batida, transitável
Nicoadala		Nhafuba	35 km	Terra batida, transitável
Nicoadala		Muziva	27 mk	Terra batida, transitável

Abastecimento de água.

O abastecimento de água potável as populações tem sido pelas (342) fontes de água que beneficiam a (154.364) habitantes contra (321) fontes de água beneficiando (141.864) habitantes em relação a 2010. O Sistema de Abastecimento de água do Licuar encontra-se em pleno funcionamento abastecendo simultaneamente as populações de Licuar Sede Nicoadala e a cidade de Quelimane. Entretanto, as intempéries eminentes poderão causar rupturas no processo normal de abastecimento ou implicar na duplicação da população consumidora de água.

Previsão do Estado Meteorológico de Outubro de 2012

Segundo a mensagem nº 2524/SPZ/GSPP/2011 de 06/09/2011, segundo SARCOF, no período de Outubro a Dezembro do ano em curso haverá pouca chuva (Seca), tendo em todo País e de Janeiro e Abril de 2012, o efeito de "EL NINA", muita chuva no Centro e Sul de Moçambique.

Em tempo de emergência anterior				previsão da próxima emergência			
Causas de Entrada	Nº de Doenças	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Causas de Entrada	Nº de Doenças	Mortalidade	Taxa de Mortalidade
Acidentes	1	3		Desabamento de Casas	3	1	
Malária	762	5	0,66%				
Diarreias	646	3	0,46%				
HIV/SIDA	0	0	0				
Tuberculose	0	0	0				
Raiva (morted)	16	0	0,0%				
Lepre	1.424	8	0,56%				

II - PROGRAMA DE ACÇÕES

As acções de emergências devem ser direccionadas para as seguintes vertentes:

Período	Aprovisionamento de alimentos e sementes diversos	INGC/SDAE
	Preparação de Infra-estruturas alternativas de índole social	INGC
De Setembro a Novembro de 2012	Extensão de culturas alimentares de variedades adaptáveis as zonas	SDAE
	Educação da População, através da média, em noções básicas de segurança em casos de calamidades (o mínimo higiénico de um centro de deslocados)	RCL e INGC
	Reserva e aprovisionamento da água potável	SDPI/Saúde
	Preparação de meios de socorros	Todos
	Orçamento de Planos de Contingências	Governo do Distrito
	Capacitação, treinamento ou preparação de equipas multi-sectoriais de socorro ou assistência	Governo do Distrito
	Aprovisionamento de alimentos e sementes diversas	INGC/SDAE
Novembro a Março de 2013	Levantamento de Impacto de fenómenos e assistência concomitante dos atingidos	INGC
	Criação de centros especiais de atendimento dos sobreviventes	Governo do Distrito
	Abastecimento em produtos/meios básicos (meios salva-vidas)	INGC/parceiros
	Interacção com parceiros de Cooperação para multiplicação e distribuição de sementes tolerantes a seca e adaptáveis as zonas	SDAE/parceiros
	Monitoria na montagem, utilização e manutenção dos meios	Sectorial
	Avaliação contínua e reportagem da dinâmica os factos periodicamente ao nível superior	Governo do Distrito
	Identificação, demarcação e/ ou ordenamento de zonas seguras	SDPI
Depois de Março de 2013	Educação da população, através da média, em acções básicas de higiene na nova aldeia	RCL
	Reassentamento das populações atingidas em zonas consideradas seguras	Governo do Distrito
	Assistência as populações aos primeiros socorros 2,3 até aos 4 meses de assentamento conforme casos	INGC/Governo
	Vigilância para desencorajar renitentes que representam as zonas de risco atingidas	Aut com*
	Arrolamento do equipamento utilitário e recolha aos armazéns do INGC ou sectoriais consoante a origem	Serviços e INGC
	Avaliação do desempenho dos funcionários envolvidos em missões de assistências	sectorial

Necessidades em Recursos por Serviços Distritais

	Serviços		INGC		SDPI		SDAE		SDSMAS		SDEJT		
			Designação	Nº	Designação	Nº	Designação	Nº	Designação	Nº	Designação	Nº	
Tipo de Recursos	Recursos Humanos	Chefias	Existe estrutura montada no INGC	1	Técnica de Meio Ambiente	1	Técnico	2.000	Responsáveis da Comunidade	3	Conselhos de Escolas	2	
		Pessoal de apoio a tempo inteiro	Fiel/Armazém Motoristas Ajudantes Remadores	1 5 10	Técnico/Obr	2	Extencionista	3	Técnico de medicina Enfermeiros Socorristas Auxiliares	3 2 3 36	Docentes Auxiliares	15	
			Func/por serviços					5					
			Custos com Pessoal técnico em 3 meses										
	Recursos Materiais	Infra - Estruturas e equipamento	Distribuição do Material por Serviços Distritais							Total do Distrito			
			Designação	INGC	SDPI	SDS MAS	SDEJT	SD	Quantidades	Cust/Unt	Custo Total		
			Chapas de Zinco	400	200	50	1.500	45	2.195	375.00	823.125.00		
			Sacos/50kb/Cim	500	40	30	1.000	20	1.590	400.00	636.000.00		
			Carrinhas/mao	20	3	2	52	3	80	1.500.00	120.000.00		
			Pas/Pedreiro	25	2	10	45	6	88	200.00	17.600.00		
			Lonas/Cob/Casas	1.500	20	2	152	15	1.689	280.00	472.920.00		
			Rolos de Plásticos	3.000	50	2	1.250	350	4.652	1.500.00	6.978.000.00		
			Pregos(divers poleg)Kg)	5.000	600	20	50	45	5.715	150.00	857.250.00		
			Biliches com enxoval	250	3	2	-	5	259	2.500.00	647.500.00		
			Quad/preto/ Escolas	175	-	5	50	-	230	75.00	17.250.00		
			Tendas Escolas	45	-	5	10	-	60	45.000.00	2.700.000.00		
			Tendas Casas	250	45	10	5	25	335	35.000.00	11.725.000.00		
			Macas	10	-	5	-	-	15	1.850.00	27.750.00		
			Gerald/Elect 300 Kwh	4	1	1	-	2	8	6.000.00	48.000.00		
		Logísticos	Barcos ou almad/Borrac	6	-	1	-	-	7	25.000.00	175.000.00		
			Viat 3 a 7 toneladas	3	2	1	-	1	7	350.000.00	2.450.000.00		
			Motos 125 ou mais	5	3	2	2	3	15	2.000.000.00	30.000.000.00		
			Diesel em lit em 3 meses	25.000	1.500	270	-	4.000	30.770	58.46	1.798.814.20		
			Gasolina em lit em 3 meses	35.000	1.700	450	-	5.000	42.150	55.00	2.318.250.00		
			Total	71.193	4.169	867	4.116	9.520	89.865	2.469.943.46	61.812.459.20		

PLANO DE CONTINGÊNCIA DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

I. INTRODUÇÃO

A Província da Zambézia situa-se na região Centro do País, limitando-se a Norte com as Províncias de Nampula e Niassa através dos rios Ligonha e Lúrio, a Sul com a Província de Sofala através do rio Zambeze, a Este com o Oceano Índico e a Oeste com a Província de Tete e a República de Malawi através dos rios Chire e Muloza, respectivamente.

A Província tem 17 distritos, incluindo a Cidade de Quelimane, com uma população total de 3.892.854 de habitantes, com uma densidade populacional de 36.7 habitantes/km², conforme dados preliminares do Censo/2007, e cerca de 400 km da linha de costa.

É uma Província propensa à ocorrência cíclica de calamidades originadas por situações meteorológicas, hidrológicas, geológicas ou outros factores de perigo que resultam da acção humana.

A Província da Zambézia por se localizar na zona costeira, sofre influência de factores de risco, como a formação de ciclones, depressões tropicais, com consequentes chuvas intensas, ventos fortes e Inundações, para além da descarga excessiva dos rios Zambeze, Chire e seus afluentes, que directa e/ou indirectamente provocam consequências drásticas na vida e propriedades das pessoas.

O presente Plano de Contingência Provincial resume as principais acções e medidas a serem tomadas antes, durante e depois, em caso de ocorrência de uma calamidade.

A implementação do Plano de Contingência é da responsabilidade do Governo a todos os níveis, sociedade civil, os parceiros que integram o CTGCP assim como outros intervenientes.

De igual modo, este Plano destaca as calamidades que poderão ocorrer face a Vulnerabilidade da Província aos diferentes cenários como cheias e inundações, secas, ciclones, bem como o surto de cólera tendo em conta a Previsão Climática para este Período.

Para além das acções multisectoriais a serem realizadas antes, durante e depois, o plano igualmente contempla as necessidades sectoriais e por cenário máximo e mínimo, de modo a assegurar a manutenção e funcionamento de todo o sistema de Gestão de Calamidades com vista a:

- Reduzir o número de vítimas humanas e perdas de propriedades;
- Reforçar os meios do sistema de aviso prévio;
- Consolidar a cultura de prevenção;
- Dotar a Província e os Distritos em particular, de meios de prevenção, prontidão e para mitigação de desastres naturais e/ou situações de emergência;
- Implementar programas específicos de reabilitação e recuperação pós-calamidades.

II. OBJECTIVOS

- Identificar as ameaças principais face à época chuvosa e de ciclones 2012-2013;
- Localizar as zonas de risco e projectar o possível impacto das ameaças;
- Definir as principais actividades a desenvolver antes, durante e depois da ocorrência de um evento extremo de origem natural;
- Inventariar os materiais e equipamentos necessários e disponíveis para fazer face a uma emergência causada por um fenómeno natural;
- Determinar os recursos humanos e financeiros necessários para uma intervenção em caso de ocorrência de uma calamidade.

III. METODOLOGIA

- Para elaboração do presente Plano de Contingência Provincial, consistiu na participação activa e recolha de dados provenientes dos sectores a nível Provincial, dos Governos Distritais, Sociedade Civil, Parceiros Integrantes do CTGCP e outros intervenientes á luz dos Termos de Referência do INGC- Central e antevisão do comportamento da época chuvosa 2012-2013 feita pelo Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática (SARCOF) em Setembro de 2012.
- Este plano cingiu-se fundamentalmente na identificação das zonas de risco, dos meios de busca e socorro existentes, sua localização, bem como na definição de responsabilidades nos vários níveis de actores intervenientes na gestão de emergências.
- Foi considerado também para principais pressupostos do reajustamento do Plano de Contingência o comportamento da época chuvosa 2011-2012 na componente hidro –meteorológica.
- Deste modo e tendo em conta os pressupostos acima referenciados, foram elaborados três cenários para grupos específicos dos fenómenos naturais que poderão ocorrer, focalizando o seu impacto sobre as populações e o tipo de resposta a ser prestada pelo Governo, Sociedade Civil e seus parceiros de cooperação integrados no CTGCP.
- No geral, esse quadro sobre a população em risco apresenta algumas melhorias comparativamente à época transacta mercê da implementação do Plano de Reassentamento em vigor nas bacias do Zambeze, Chire e Licungo.

IV. PRESSUPOSTOS

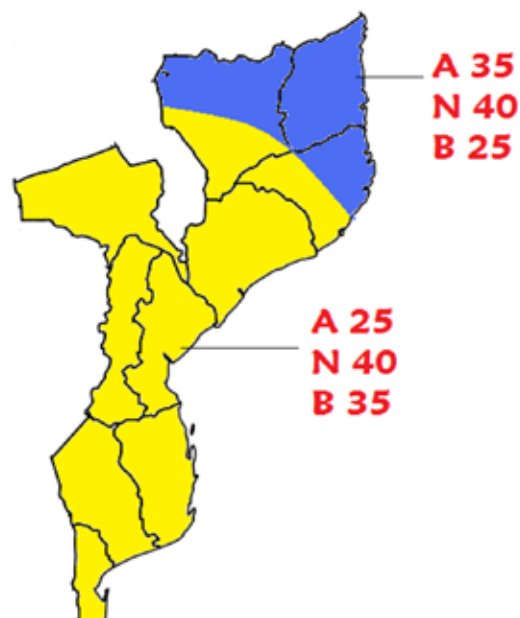
Balanço Meteorológico a Época 2011/12

Previsão para Outubro, Novembro, Dezembro de 2011

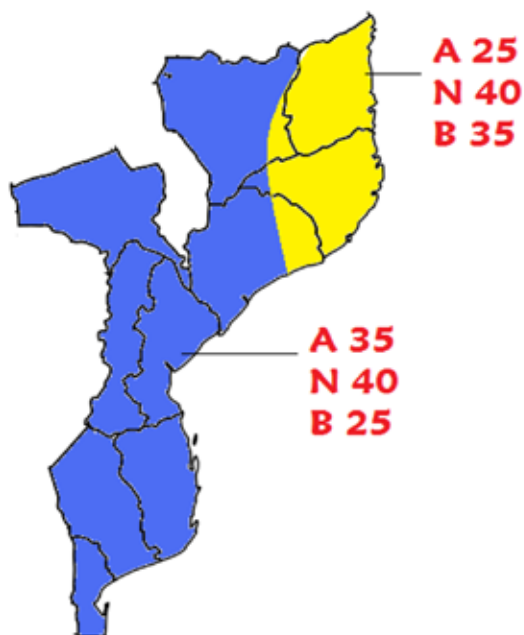
Previam-se para esse período, ocorrência de chuvas normais com tendência para baixo do normal em quase toda a região Centro e Sul do país de acordo com o mapa ao lado.

Neste contexto, toda província da Zambézia esteve com escassez de precipitação, ocorrência de bolsas de secas nos distritos de Pebane, Maganja da Costa, Chinde, Inhasunge, Quelimane, Namacurra, Nicoadala, Mopeia, uma parte dos distritos de Morumbala, Mocuba e Gilé que sofreram de forma acentuada com esta situação.

OND 2011



JFM 2012



Para este período a SARCOF apresentou um prognóstico de ocorrências de chuvas normais com tendência para acima do normal em toda a Província da Zambézia com exceção do distrito de Pebane, parte norte dos distritos de Alto Molócue e Gilé como se pode ver no mapa ao lado.

Portanto, neste período ocorreram situações de inundações. As Inundações afetaram todo posto administrativo de Nante e Maganja da Costa, Nicoadala, Namacura, cidade de Quelimane e Chinde. As Inundações ocorreram em todas as áreas propensas ao longo das bacias hidrográficas dos rios Zambeze, Licungo e Chire.

A precipitação registada nos períodos de Outubro/Dezembro 2011 e de Janeiro a Março 2012 é de 1126.7mm, contra 863.7 mm de igual período de 2010/11, de acordo com a informação do INAM Delegação de Quelimane, conforme ilustra a tabela comparativa abaixo:

Tabela.1 Precipitação Médias Mensais

2011		2012	
O	85.1	J	501.7
N	99.3	F	131.2
D	158	M	151.4

Fonte: INAM

Na realidade em O, N, D ocorreram chuvas abaixo do normal.

Ocorrência de Ciclone

No período de 1 de Outubro de 2011 a 30 de Abril de 2012, ocorreu ciclone FUNSO que causou Danos nos Distritos de Maganja da Costa, Nicoadala, Namacura, cidade de Quelimane e Chinde.

Ocorrência de Vendavais

Este Fenomeno ocorreu no período de Outubro e Novembro de 2011, em toda a Província, com maior incidência nos distritos de Alto Molócuè e Gurúè.

Avaliação do Ano Hidrológico 2011/2012

A Província da Zambézia Hidrologicamente pertence a Bacia do Zambeze, Licungo e Chire em que maior parte dos rios desaguardam no Oceano Indico, com um regime torrencial e níveis hidrométricos elevados de água durante tres a quatro meses e caudais reduzidos no resto do ano.

A época Chuvosa Outubro a Março do ano hidrológico 2011/2012 caracterizou-se pela passagem do Ciclone Tropical FUNSO, tendo registado precipitação muito acima do normal climatológico. Pois, de Outubro de 2011 a Janeiro de 2012, foram registadas 844,1 mm o que corresponde a 136% da precipitação normal, devido a ocorrência de chuvas no interior da Província e a montante do Zambeze, Licungo e Chire, que contribuíram para a dinâmica hidrológica das Bacias hidrográficas destes, tendo os respectivos caudais atingido níveis hidrométricos relativamente altos e acima dos níveis de Alerta.

Todavia, há que salientar que tais subidas foram adicionadas pelas descargas provindas de escoamentos a montante e descargas de amortecimento encetadas pela Hidroeléctrica de Cahora-Bassa.

Os dados históricos do ano hidrológico passado enunciam que a redução dos caudais afluentes (que entravam) em Cahora Bassa estavam na ordem de 2.977,3 m³/s, contra caudais médios efluentes (que saíam) na ordem de 1.854,4 m³/s, tendo resultado uma redução significativa das descargas na albufeira de Cahora Bassa.

V. SITUAÇÃO HIDROLÓGICA PREVALECENTE

Desde o dia 18.01.2012 começaram a registar-se graduais aumento dos níveis pluviométricos e da precipitação na Bacia do Zambeze, Licungo e Chire na província da Zambézia.

Como consequência deste aumento pluviométrico nas principais Bacias da Província, o comportamento dos caudais dos rios caracterizou-se por uma tendência estacionária e relativamente baixa. Embora tenha-se registado este aumento dos níveis de precipitação a nível das demais Bacias hidrográficas da Província, a precipitação a nível local manteve-se dispersa em alguns Distritos.

A situação Hidrológica actual mantém-se estacionária com tendência a níveis relativamente baixos pois não se registam picos elevados de precipitação na Província e respectivas Bacias, estando os caudais dos rios Zambeze, Cuá-cuá em Mopeia, Chire em Morrumbala e Licungo nos distritos de Mocuba e Maganja da Costa num estágio de reduzida permanência de água.

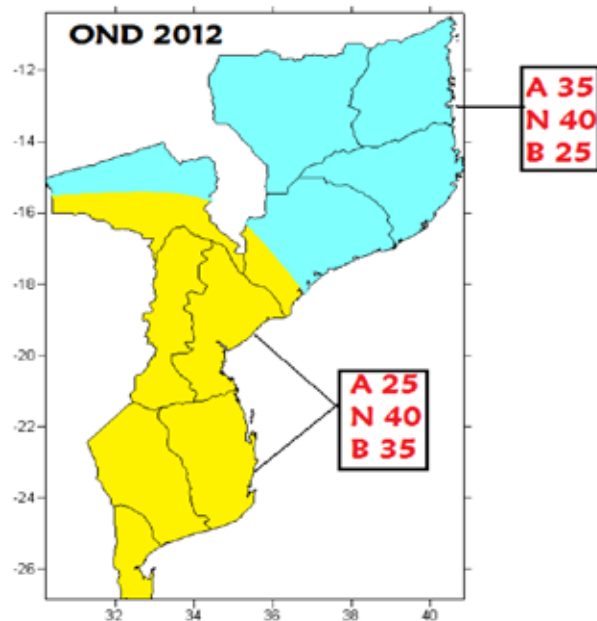
Todavia, adicionada a esta conotação os Serviços Meteorológicos INAM reportam que no quarto trimestre do presente ano (Outubro a Dezembro) será caracterizado pela escassez de chuva no sul da Província e consequente falta de demanda hídrica no caudais dos rios Zambeze e Chire.

Desta feita, este cenário ira prevalecer até finais de Dezembro de 2012 e princípios de Janeiro de 2013 em que verificar-se-á o início das precipitações moderadas tendentes a crescer devido a influência do fenómeno El Niño que poderá trazer alterações significativas nos níveis hidrométricos dos caudais dos rios existentes na província da Zambézia.

Esta dinâmica hidrológica dividida em duas fases permite aferir que o risco indubitavelmente está patente nas regiões de risco e que é imperioso que mantenhamos a prontidão para fazer face a possíveis eventualidades decorrentes na Província.

VI. PREVISÃO CLIMÁTICA PARA A ÉPOCA CHUVOSA E DE CICLONES 2012/2013

Previsão para Outubro, Novembro, Dezembro de 2012



Para o período Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2012, há uma maior probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal para a maior parte do país com excepção das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, maior parte da província da Zambézia e norte da província de Tete onde as probabilidades apontam para chuvas normais com tendência para acima do normal, como ilustra a figura ao lado.

Figura 1: Previsão da Precipitação para o período JFM - 2013, em Moçambique

Previsão para Janeiro, Fevereiro e Março de 2013

Para o período Janeiro-Fevereiro-Março (JFM) de 2013, há uma maior probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal para a maior parte do país com excepção das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane onde há maior probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal (Figura 2).

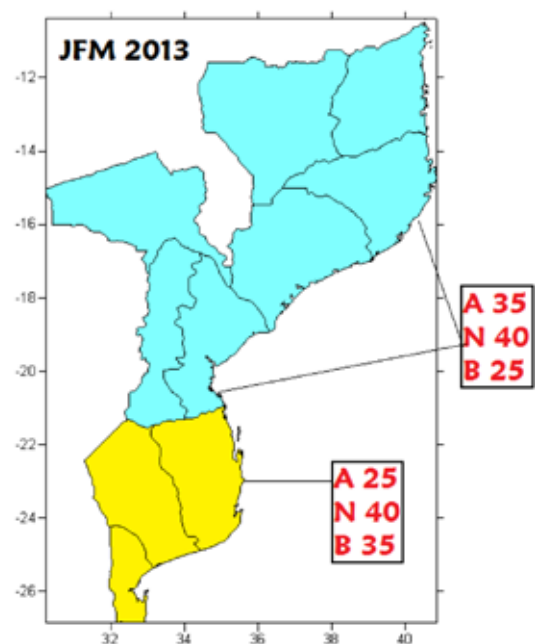


Figura 2: Previsão da Precipitação para o período JFM - 2013, em Moçambique.

VI.3. Previsão Ciclónica

No período de Outubro/2012 a Abril/2013, poderão ocorrer ciclones tropicais de várias escalas com tendência para alguma severidade dado o impacto de mudanças climáticas. Os distritos que deverão se precaver deste fenómeno são: Chinde, Inhassunge, Maganja da Costa, Mopeia, Namacurra, Nicoadala e Pebane.

VI.4. Vendavais

Este fenómeno encontra condições férteis para ocorrência no período de Outubro a Abril em toda a Província, com maior incidência nos distritos de Alto Molocué, Cidade de Quelimane, Gilé, Gurúè, Inhassunge, Maganja da Costa, Milange, Mocuba, Morrumbala, Mopeia, Namarói e Pebane.

VII. INTERPRETAÇÃO DA PREVISÃO CLIMÁTICA PARA A HIDROLOGIA

Tendo em conta a localização geográfica da província, que é influenciada pelas grandes bacias hidrográficas, o presente plano considera como factores adicionais de risco os aspectos resultantes do balanceamento hídrico, depressões tropicais e/ou ciclones que frequentemente tem atingido a zona costeira.

O plano inclui ainda a necessidade de se acautelar o aluimento ou deslizamento de terras nas zonas de planaltos e queimadas descontroladas. De um modo geral haverá tendência de subida dos caudais dos rios em quase toda a Província para os meses de Janeiro, Fevereiro e Março.

VIII. ANÁLISE DO RISCO

VIII.1. PRINCIPAIS AMEAÇAS DA PROVÍNCIA

a) Seca

Na Província da Zambézia a seca tem ocorrido com uma variação periódica de 3 anos. As regiões com bolsas de seca são por um lado devido á influência do fenómeno La niña com ocorrência fraca precipitação nos distritos mais susceptíveis como é o caso de: Maganja da Costa, Inhassunge, Mocuba, Morrumbala, Pebane, Chinde e Mopeia.

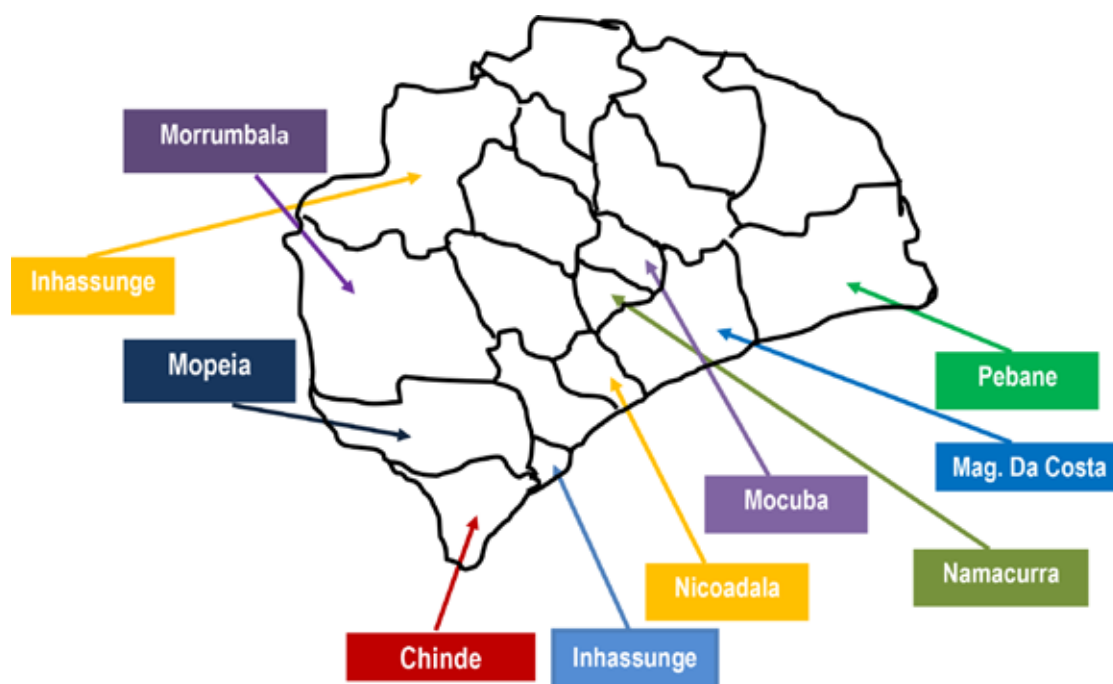
A provincia da Zambézia apresenta probabilidade moderada, até 70% de satisfação das necessidades hídricas das culturas.

No segundo periodo (JFM 2013), em geral esperasse melhoria significatica. Assim, preve se probabilidades para a satisfação das necessidades hídricas altas a muito altas, onde a probabilidade de satisfação hídrica poderá ultrapassar 100%.

Nesta óptica, o grupo alvo deste fenómeno quantitativamente compreende 483,921 pessoas. Numa análise sumária pode-se evocar que a seca representa um risco para a população dos

distritos da Província da Zambézia na medida em que a queda das chuvas não cobre as necessidades mínimas para garantir o desenvolvimento normal das plantas e o abastecimento de água as populações.

Previsão de ocorrência de bolsas de secas nos distritos a destacar:

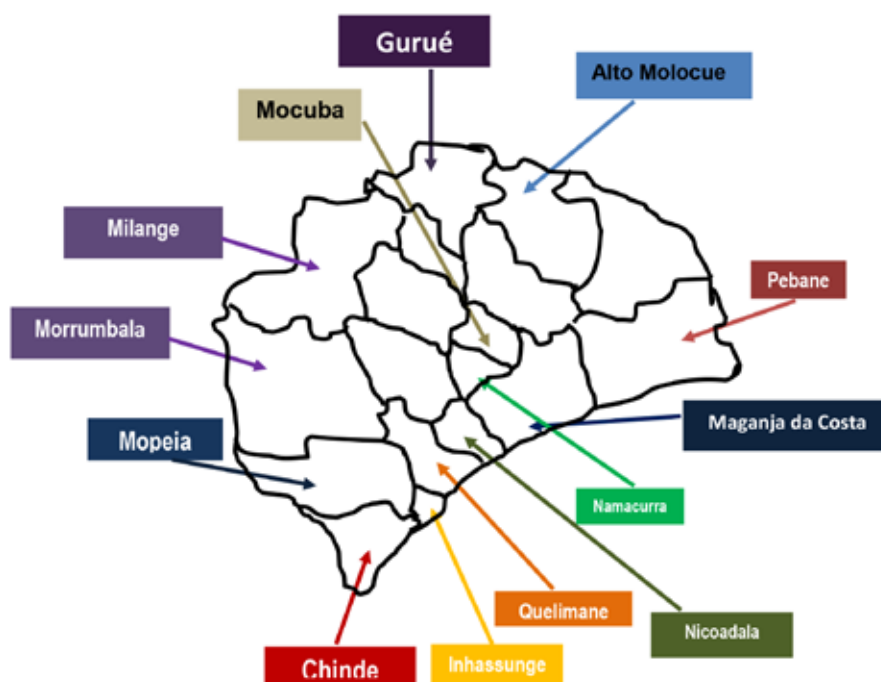


No anexo nº2 na tabela nº17, encontra-se ilustrados os dados populacionais de cada um destes distritos, seus postos administrativos, susceptíveis à seca, sendo o valor global de 483,921 pessoas em risco nas localidades, num cenário máximo de 32,450 e mínimo de 10,235.

b) Ciclones / Vendavais

As principais zonas susceptíveis aos ciclones a nível da província da Zambézia localizam-se fundamentalmente ao longo da costa como é o caso de Pebane, Maganja da Costa, Quelimane, Nicoadala, Inhassunge, Chinde Namacurra, e vendavais que afectam os distritos do interior da Província, tal é o caso de Gilé, Mocuba.

A concentração dos Ciclones para o presente ano prevê-se de 1 de Outubro a 31 de Abril, sendo este o maior período de risco de ocorrência de calamidades. Este fenómeno encontra condições férteis para ocorrência no período de Outubro a Abril em toda a Província, com maior incidência na Cidade de Quelimane e nos distritos de Gilé, Inhassunge, Maganja da Costa, Milange, Mocuba, Morrumbala, Mopeia, Namarrói e Pebane.



No anexo nº2 na tabela nº18, encontra-se ilustrados os dados populacionais de cada um destes distritos, seus postos administrativos, susceptíveis à ciclones/vendavais, sendo o valor global de 931,000 pessoas em risco nas localidades, num cenário máximo de 83,995 e mínimo de 27,853.

c) Cheias/Inundações

Os dados históricos da época chuvosa, indicam claramente que as inundações têm afectado principalmente as regiões ao longo das bacias hidrográficas dos rios Zambeze nos distritos de Chinde, Cua-cua em Mopeia, Chire em Morrumbala e Licungo, na Maganja da Costa e Namacurra. Sob ponto de vista do risco há que salientar que as populações dos distritos acima referenciados serão afectadas pelas cheias. A política de reconstrução pois cheias (Reassentamento) estabelecida pelo Governo, tem maior impacto na redução da vulnerabilidade da populações às calamidades naturais.

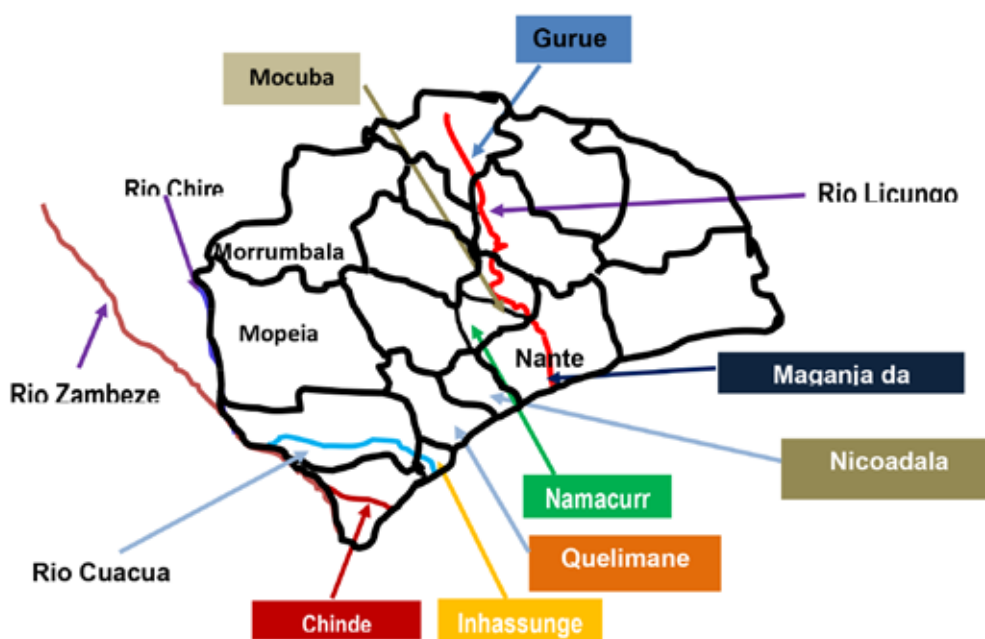
Desta feita, esta medida proactiva tem sido de grande valia para todos os beneficiários directos (as populações locais), que para a presente época irão albergar-se nas 2.141 casas concluídas nos Bairros de Reassentamento dos distritos de Mopeia, Chinde e Morrumbala.

Situação de inundações localizadas poderão ocorrer no segundo período (JFM 2013), principalmente nas principais bacias hidrográficas da Província.

As cheias poderão afectar todo posto administrativo de Nante em Maganja da Costa, os distritos de Mopeia e Chinde e Morrumbala. As Inundações poderão ocorrer em todas as áreas propensas ao longo das bacias hidrográficas dos rios Zambeze, Licungo e Chire.

As enchentes poderão ocorrer em áreas pantanosas um pouco por toda a província com enfoque para a Cidade de Quelimane e os distritos de Inhassunge, Maganja da Costa, Namacurra

e Nicoadala. E correlação a alguns problemas que poderão advir dos rios Licungo em Mocuba (Posto administrativo de Mocuba - Sede), Namacurra (Furquia), bem como ao longo do curso dos rios Nipiode e Raraga (Maganja da Costa), Mulela (Pebane), Licuari (Nicoadala) e Cuacua (Mopeia).



No anexo nº2 na tabela nº19, encontra-se ilustrado os dados populacionais de cada um destes distritos, seus postos administrativos, susceptíveis à cheias/inundações, sendo o valor global de 695,683 pessoas em risco nas localidades, num cenário máximo de 52,225 e mínimo de 19,599.

O Plano considera 9 Distritos e 17 Postos Administrativos susceptíveis às cheias e 2 Distritos e 1 Posto Administrativo susceptíveis às inundações, onde cerca de 695,683 pessoas poderão estar em risco, contra um total de 1.733.708 pessoas destas zonas, como ilustra o anexo nº2 na tabela nº19 do presente plano.

Os dados históricos dos últimos quinze anos sobre ciclones tropicais registados indicam que 13 Distritos e 24 Postos Administrativos são susceptíveis aos Ciclones e vendavais, com maior incidência para 7 Distritos e 14 Postos Administrativos, principalmente durante o período de Outubro a Abril, podendo afectar cerca de 150.000 pessoas, de um total de 931.000 pessoas destas zonas.

Tabela 1: Previsão do Impacto na Agricultura

FENÓMENO	ÁREAS AFECTADAS (ha)		FAMÍLIAS AFECTADAS	
	Max	Min	Max	Min
SECA	64,898	15,354	32,449	10,236
CHEIAS	30,196	5,192	15,098	5,192
CICLONES	46,492	4,291	30,995	8,582
TOTAL	141,586	24,837	78,542	24,010

Fonte: Direcção Provincial da Agricultura

IX. NECESSIDADES

Vide as necessidades arroladas no anexo nº3 nas tabelas nº21-23, anexo 6 na tabela 27 e seguintes.

X. MEIOS DE ALERTA E AVISOS DISPONÍVEIS

A Província conta com três (3) sistemas de aviso prévio a saber:

- 1) Sistema de Aviso Prévio da Bacia de Chire;
- 2) Sistema de Aviso Prévio do Distrito de Chinde, e
- 3) Sistema de Aviso Prévio da Bacia de Licungo.

O quadro abaixo, indica a rede de rádios de comunicação existente nos Distritos considerados vulneráveis, instalada nas Secretarias Provincial, Distritais e Postos Administrativo.

Quadro 1: Meios de Alerta e Aviso

Distrito	Rádios disponíveis			
	P.As/Loc	Admin	Polícia	INGC/SCF
Chinde	Sede	1	0	1
	Luabo	1	0	1
	Matilde	0	0	3
	Chimbasso	1	0	1
	Micaune	2	0	2
Sub Total		5	0	8
Inhassunge	Sede	1	1	0
	Gonhane	1	0	1
	Ilova	0	0	1
Sub Total		2	1	2
Mopeia	Sede	1	1	1
	Posto Campo	1	0	0
	Chimuarra	0	1	0
	Nzanza	0	0	1
	Bajone	0	0	1
Sub Total		2	2	3

Morrumbala	Megaza	1	1	0
	Gonhane	1	1	0
	Pinda	1	0	2
	Chire	2	0	0
	Chilomo	0	0	0
Sub Total		5	2	2
Namacurra	Sede	1	1	0
	Macuse	1	0	1
	Furquia	0	0	1
	Mexixine	0	0	1
Sub Total		1	1	3
Pebane	Sede	1	1	0
	Naburi	1	0	0
	Mulela	0	0	1
	Muebase	0	0	0
Sub Total		1	1	1
M. da Costa	Sede	1	1	0
	Bajone	0	0	1
	Nante	1	0	1
	Mocubela	0	0	1
	Moloua	0	0	1
	Sopa	1	0	0
	Vila Valdez	1	0	0
	Cabuir	0	0	1
Sub Total		4	1	5
Nicoadala	Sede	1	1	0
	Maquival	0	1	0
Sub Total		1	2	0
Lugela	Sede	0	1	0
	Tacuane Sede	1	0	0
	Tacuane	0	0	1
Sub Total		1	2	0
Mocuba	Sede	0	1	1
Sub Total		0	1	1
Quelimane		1	1	1
Sub Total		1	1	1
Total		23	13	27

Ainda no contexto da vulnerabilidade das populações locais face a ocorrência destas calamidades naturais (seca, ciclone e cheias), podem ser usados como meios de apoio disponíveis os meios ilustrados no anexo nº 4 na tabela nº21, anexo nº 7 na tabela nº 25, 27 e 28.

XI. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO

Conselho Técnico Provincial de Gestão de Calamidades (CTPGC)

O CTPGC é presidido pela Secretária Permanente Provincial, e é constituído pelos Diretores Provinciais dos sectores relevantes. O CTPGC tem como principal responsabilidade coordenar os sistemas sectoriais de alerta e aviso prévio sobre a iminência de calamidades de origem meteorológica, hidrológica, geológica, epidemias e segurança alimentar e garantir a implementação multi-sectorial dos diversos planos no âmbito da redução do risco de calamidades, e a título ilustrativo desta coordenação sectorial observe o esquema de fluxo de informação patente no anexo nº8.

O CTPGC reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, pela Secretária Permanente Provincial. Podem ser convidados para o CTPGC representantes dos Parceiros de cooperação e da sociedade civil. Diante disto foram elaboradas duas listas de contacto como ilustra o anexo nº5 que abriga os Parceiros de cooperação e da sociedade civil e anexo nº6 que contém os contactos dos membros do CTGC Provincial e Distrital.

Centro Operativo de Emergência (COE)

O COE é uma estrutura de coordenação multi-sectorial e de tomada de decisões onde convergem representantes das instituições, organizações e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta à calamidades. O objectivo do COE é proporcionar a todos os intervenientes na prevenção, mitigação e resposta às calamidades, um instrumento orientador com procedimentos, tarefas e acções de monitoria técnica científica, emissão de avisos, controlo de operações, activação e desactivação de operações de emergência.

O Centro operativo de Emergência representa o desdobramento do CENOE na província e é coordenado pelo INGC provincial.

Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades (CLGRC)

Os Comités locais de Gestão do Risco de Calamidades funcionam ao nível das comunidades são 115, compostos de 18 membros e liderados por membros de tais comunidades e têm como tarefa principal fazer cumprir todas as orientações adjacentes à gestão do risco de calamidades em todas as vertentes, Prevenção e emergência, junto das comunidades.

Os CLGRC servem de elo de ligação entre as comunidades e as autoridades institucionalizadas que intervêm na gestão do risco de calamidades.

TERMOS RELACIONADOS COM OS CICLONES TROPICAIS

- **Depressão Tropical** – Distúrbio tropical no qual o máximo da velocidade média do vento estima-se que figure entre os 51 e 62 Km/h (28 a 33 nós)
- **Tempestade tropical moderada** – Distúrbio tropical no qual o máximo da velocidade média do vento estima-se que figure entre os 89 e 117 Km/h (rajadas de ventos fortes)
- **Tempestade tropical severa** – Distúrbio tropical no qual o máximo da velocidade média do vento estima-se que figure entre os 118 e 212 km/h (ventos com força de tempestade).
- **Ciclone tropical** – Distúrbio tropical no qual o máximo da velocidade dos ventos estima-se que figure entre 118 e 165 Km/h (ventos com força ciclónica).
- **Ciclone tropical intenso** – Distúrbio tropical no qual o máximo da velocidade média dos ventos estima-se que figure entre 166 e 212 Km/h (ventos com força ciclónica)
- **Ciclone tropical muito intenso** – Distúrbio tropical no qual o máximo da velocidade média dos ventos estima-se que exceda os 212 km/h (ventos com força ciclónica).

ALERTA ATRAVÉS DE CORES

As cores a incluírem nas mensagens de alerta e de aviso prévio irão fornecer às comunidades

uma indicação do tempo disponível para se prepararem para o início dos ventos fortes da seguinte forma:

- **Alerta azul** – um ciclone tropical pode afectar a área dentro de 24 a 48 horas (vide apêndice 1). Ainda não há ameaça de ventos fortes mas é preciso começar a tomar precauções. Verificar a segurança dos objectos que podem ser levantados/arrastados pelos ventos – por Plano de Contingência para Época Chuvosa e Ciclónica 2012-2013 Pag. 18 exemplo tectos, vedações, andaimes, vasos de flores, antenas, mobília exterior. As fábricas podem começar com os procedimentos de encerramento como precaução. Alguns navios podem ser retirados do porto. Verificar as amarrações dos barcos.
- **Alerta amarelo** – um ciclone tropical está a aproximar-se e vai muito provavelmente afectar as comunidades dentro de 24 horas (vide apêndice 2). É preciso agir depressa. Verificar a segurança de portas e janelas, ou se a sua casa for insegura, procurar abrigo mais seguro. Guardar água e comida de emergência. Encerrar as escolas – Mandar as crianças para casa. Sair o mais depressa possível de zonas baixas para abrigo seguro. As fábricas podem encerrar. Colocar os navios e barcos de pesca em lugar seguro. Escutar avisos actualizados de ciclones.
- **Alerta vermelho** – os ventos fortes estão eminentes (dentro de 6 horas) ou já estão soprando (vide anexo 3). É preciso tomar as últimas medidas de precaução antes do início dos ventos fortes. Garantir que as portas e janelas estejam fechadas com a devida segurança. Quando ocorrerem os ventos fortes, não se deve sair de casa. Podem ser encerradas estradas e pontes. A rádio continua a difundir os avisos durante todo o dia.

XII. PLANO OPERACIONAL SECTORIAL

Relativamente as actividades operacionais, foi estabelecido um chek-list de tarefas para os diferentes actores dos CTPGC e COE,s aos diversos níveis, incluindo os CLGRC e parceiros de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras para Antes, Durante e Depois como ilustra o anexo nº2, nas Tabelas nº 6 a 17).

XIII. ORÇAMENTO INDICATIVO

Para operacionalizar as actividades previstas no Plano, este conta com a capacidade sectorial e cometimento dos parceiros na reorientação de recursos, quer materiais, quer humanos e financeiros.

Mas de um modo geral, para todos sectores intervenientes estabeleceu-se um orçamento avaliado em 10% (2,236,768.82 Mt) do valor total, estimado para o cenário mínimo previsto, sendo de imediato indispensável a operacionalização de actividades de pré-posicionamento dos meios e monitoria, do valor total estimado em 22.367.688,22 Mt.

Desta feita, o resumo do Cenário máximo fixou-se em 29.529813,22 Mt e do cenário mínimo em 22.367.688,22 Mt como se pode observar nas duas tabelas da página a seguir:

XIV. RESUMO ORÇAMENTAL POR SECTOR/POR AMEAÇA (Unid: Mts)

Tabela 2: Cenário Máximo

Sector	Cheias	Ciclones	Seca	Total
INGC	2,550,075.00	1,555,000.00	2,220,050.00	6,325,125.00
DPS	700,000.00	300,000.00	500,000.00	1,500,000.00
DPOPH	2,364,600.00	613,400.00	800,000.00	3,778,000.00
DPA	2,572,731.00	859,096.52	5,757,860.70	9,189,688.22
DPEC	936,000.00	691,000.00	785,000.00	2,412,000.00
DPMAS	240,000.00	56,000.00	144,000.00	440,000.00
DPCAA	552,000.00	168,000.00	200,000.00	920,000.00
DPTC/INAM	189,000.00	62,600.00	113,400.00	365,000.00
DPRME	540,000.00	214,000.00	146,000.00	900,000.00
Distritos	1,000,000.00	800,000.00	1,000,000.00	2,800,000.00
DPIC	300,000.00	200,000.00	-	500,000.00
FADM/PRM	225,000.00	175,000.00	-	400,000.00
Total	12,169,406.00	5,694,096.52	11,666,310.70	29,529,813.22

Fonte: Sectores

Tabela 3: Cenário Mínimo

Sector	Cheias	Ciclones	Seca	Total
INGC	1,850,000.00	980,000.00	1,290,000.00	4,120,000.00
DPS	700,000.00	300,000.00	370,000.00	1,370,000.00
DPOPH	2,364,600.00	213,400.00	300,000.00	2,878,000.00
DPA	1,859,096.52	272,731.00	5,757,860.70	7,889,688.22
DPEC	1,017,200.00	487,920.00	206,880.00	1,712,000.00
DPMAS	240,000.00	56,000.00	144,000.00	440,000.00
DPCAA	552,000.00	168,000.00	200,000.00	920,000.00
DPTC/INAM	189,000.00	62,600.00	113,400.00	365,000.00
DPRME	433,800.00	173,520.00	115,680.00	723,000.00
Distritos	400,000.00	400,000.00	400,000.00	1,200,000.00
DPIC	300,000.00	200,000.00	-	500,000.00
FADM/PRM	150,000.00	100,000.00	-	250,000.00
Total	10,055,696.52	3,414,171.00	8,897,820.70	22,367,688.22

Fonte: Sectores

XV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Contingência Provincial para 2012/2013 resume as principais acções e medidas a serem tomadas antes, durante e depois, na eventualidade de ocorrência de uma calamidade. A implementação do plano é da responsabilidade do Governo e outros parceiros que integram o CTPGC.

O Plano também destaca as calamidades que poderão ocorrer face a Vulnerabilidade da Província aos diferentes cenários como cheias e inundações, secas, ciclones, bem como o surto de cólera tendo em conta a Previsão Climática para este Período.

O mesmo apresenta a possível população a ser afectada e sua localização, de acordo com os cenários previstos, sendo seca que para um cenário máximo, prevê atingir 483,921 pessoas dos distritos susceptíveis a esta ocorrência, caso de: Maganja da Costa; Inhassunge; Mocuba; Morrumbala; Pebane; Chinde; Mopeia;

Ciclones – Para este cenário a previsão é de atingir 83.995 Pessoas num cenário máximo e, as principais zonas susceptíveis a nível da província da Zambézia localizam-se fundamentalmente próximas à costa e em alguns locais próximos do interior da província como sendo o caso de Pebane, Maganja da Costa, Quelimane, Namacurra, Gilé, Mocuba, Chinde, Nicoadala, Inhassunge e Mopeia.

Cheias – As inundações têm afectado principalmente as regiões ao longo das bacias hidrográficas dos rios as zonas baixas e locais ou terrenos, sendo de destacar: Morrumbala, Mopeia, Chinde, Maganja da Costa, Namacurra, Inhassunge.

Na presente época chuvosa estes distritos serão afectados pelas chuvas que assumirão uma tendência normal para abaixo do normal numa primeira fase e numa segunda fase serão normais tendendo para acima do normal. Assim sendo, para um cenário máximo de cheias, prevê-se que sejam atingidas 52,225 pessoas.

Sob ponto de vista do risco há que salientar que as populações dos distritos acima referenciados serão afectadas pelas chuvas mas, em número diminuto visto que a actividade de Reassentamento realizada anualmente pelo Governo tem sido fundamental na redução do número das populações vulneráveis às calamidades naturais como as cheias.

Por último, este plano ilustra de uma maneira detalhada os orçamentos por sectores e por cenários tendo em conta as actividades antes, durante e depois da ocorrência da calamidade.

Tabela 4: Cronograma de Actividades

Nº	ACTIVIDADES (INGC)	Sector/ Órgão	Meses											
			S	O	N	D	J	F	M	A				
1	Divulgação do Plano de Contingência	CTGC												
2	Monitoria de Prontidão ao nível dos COE, s Distritais e Zonas de Incidência	COE Provincial												
3	Posicionamento dos Meios de prontidão e socorro (Barcos, Sistemas de Tratamento de Água, Rádios de Comunicação e Activação do Telef. Satélite)	DPTC, ADMAR, PRM, FADM												
4	Capacitação dos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades	INGC												
5	Acções de coordenação e monitoria no local de ocorrência dos fenómenos	CTGC												
6	Provisão de insumos agrícolas	DPA												
7	Balanço da época chuvosa e ciclónica	CTGC												

XVI. ANEXOS:

Anexo 1: Orçamento do PC Provincial por Sector e por Distrito

Tabelas 5 a 16

Anexo 2: População em Risco por Região e Local

Tabelas 17 a 20

Anexo 3: Meios Disponíveis e Necessários

Tabelas 21 e 23

Anexo 4: Necessidades alimentares e sementes

Tabela 23 Necessidades alimentares

Tabelas 24 Quantidades de Sementes de acordo á cenários

Anexo 5: Abrigos Temporários

Tabela 25

Anexo 6: Vias de acesso

Tabela 26 - Acesso terrestre

Tabela 27 - Pistas de Aterragem

Anexo 7: Listas de Contactos

Tabela 28 Lista de Parceiros de Cooperação e Sector Privado

Tabela 29 Lista de Membros do CTGC Provincial e Distrito

Anexo 8 - Fluxo de Informação

ORÇAMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PROVINCIAL POR SECTOR E POR DISTRITO

Tabela 5: Acções do INGC – DELEGAÇÃO PROVINCIAL

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Harmonizar e reajustar o Plano de Contingência	X			6,325,115.50	4,120,000.00
2	Realizar uma Simulação em 5 distritos nomeadamente: Chinde, Mopeia, Morrumbala, Maganja da Costa e Cidade de Quelimane	X				
3	Divulgação do Plano de Contingência	X				
4	Activar 115 CLGRC e 9 CTDGC's de Chinde, Mopeia, Morrumbala, Maganja da Costa, Pebane, Inhassunge, Quelimane e Namacurra	X				
5	Aquisição e alocação dos combustíveis aos distritos para os meios de salvamento e monitoria, sendo 5.800 L de Diesel, 6.400 L de gasolina e 280 L de óleo de 2T e Pré-posicionar barcos	X				
6	Verificar e testar o estado dos meios de socorro existentes	X				
7	Identificar áreas seguras e disponíveis para albergar famílias deslocadas a nível das Cidades e dos Distritos em caso de ocorrência de qualquer calamidade	X				
8	Avaliar as necessidades imediatas de assistência humanitária e coordenar acções de acomodação das populações afectadas		X			
9	Garantir o registo e controlo de pessoas afectadas Colocar em prontidão brigadas de reposição de vias de acesso		X			
10	Elaborar planos operacionais por cada bairro de reassentamento		X			
11	Monitorar e coordenar os programas de reassentamento nos distritos			X		
13	Tratamento de informação e disseminação de mensagens de alerta face a ocorrência de calamidades e activação do comité de transportes para resposta		X	X		
14	Informação permanente aos órgãos de comunicação social sobre o estado do tempo	X	X	X		
15	Assistência alimentar às vítimas do evento		X	X		

Tabela 6- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO - INAM – DELEGAÇÃO PROVINCIAL

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Divulgação da previsão climática sazonal e interpretação de cenários prováveis do prognóstico do INAM	X			365,000.00	365,000.00
2	Inspeccionar todos postos climatológicos e estações meteorológicas	X				
3	Divulgar os sistemas de alerta e aviso prévio nas comunidades	X	X	X		

4	Inspecção de redes de observações, manutenção e recolha de dados	X				
5	Divulgação do sistema de Ciclones e Monitoria do Ranet	X	X	X		
6	Realizar actividades de sensibilização das comunidades para a sua retirada das zonas de risco	X				
7	Monitoria permanente das variações do clima e propor medidas a tomar	X	X	X		
8	Inspecção e/ou verificação de aeródromos e campos para aterragem e pouso de aeronaves;	X	X	X		

Tabela 7- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DA AGRICULTURA

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Efectuar o levantamento de áreas afectadas por ha, nas zonas de risco e determinar os cenários máximos e mínimos das áreas afectadas para cada fenómeno nos respectivos distritos	X			9,189,688.22	7,889,688.22
2	Disponibilizar instrumentos e sementes de ciclo curto para zonas de risco identificadas	X				
3	Construir represas para fins agrícolas e para abedamento de gado e sensibilizar os operadores económicos para garantir as reservas de alimentos para período de escassez ou emergência;	X				
4	Promover realização de feiras de insumos agrícolas e activar a rede de extensionistas face a cenários adversos e garantir a resiliência e recuperação da segurança alimentar das famílias em risco de cheias e inundações;		X	X		
5	Liderar grupos de SAN e de resposta em insumos agrícolas	X		X		

Tabela 8 - ACÇÕES DO DIRECÇÃO PROVINCIAL DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO COMPONENTE DE RECURSOS HÍDRICOS

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Inspecção e Manutenção da rede de Observação Hidrológica e sua actualização	X			2,266,800.00	1.726.800.00
2	Realização de Campanhas de medição de caudal	X	X	X		
3	Levantamento da situação real das Infra-Estruturas	X				
4	A locar tanques de água nos Distritos		X	X		
5	Provisionar preventivamente materiais de construção para obras de emergência	X				
6	Adquirir e distribuir aos distritos afectados, materiais de construção a edifícios destruídos total ou parcialmente com vista a reabilitar as infra - estruturas escolares e adjacentes.	X		X		
7	Levantamento rápido da situação de necessidade de água e apoio a reabilitação de fontes de água	X	X	X		
8	Disponibilização de água potável e Infra-estruturas de Saneamento e abertura de possíveis rotas de Acesso alternativo, incluindo a reparação de pontes, canais, vias de acesso e diques	X	X	X		

9	Apoio a auto construção de latrinas		X			
10	Reabilitação de Instalações Públicas			X		
11	Iniciar a reconstrução das infra-estruturas destruídas Monitoria e avaliação	X				

Tabela 9- ACÇÕES DA COMPONENTE DE ESTRADAS, URBANISMO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Levantamento da situação das infra-estruturas de fontes de abastecimento de água e de saneamento para identificação de acções para a devida intervenção			X	1,511,200.00	1,151,200.00
2	Formar Treinadores de 8 operadores dos sistemas móveis de tratamento e distribuição de água sendo 2 por distrito	X				
3	Promoção de boas práticas de higiene e saneamento básico e apoio a auto construção de latrinas	X	X	X		
4	Manutenção e ensaio dos equipamentos móveis de tratamento e distribuição de água existentes	X	X	X		
5	Aquisição de moto bombas a diesel	X				
6	Aquisição de tanques Blader de 5.000 , 10.000 e 15.000 litros, respectivamente	X				
7	Construção de furos mecânicos, poços novos e reabilitação de fontes de água, para abastecimento de água nos distritos alvos			X		
8	Disponibilização de água potável e Infraestruturas de Saneamento e abertura de possíveis rotas de acesso alternativo, incluindo a reparação de pontes, canais, vias de acesso e diques	X		X		
9	Monitoria de níveis hidrométricos	X	X	X		

Tabela 10- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DE RECURSOS MINERAIS E ENERGIA

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Mapear depósitos e estações de serviços para suporte de meios de salvamento e socorro;	X			900,000.00	723,000.00
2	Manter a provisão e stock de contingência em combustíveis para a prontidão e resposta a situações de emergência;	X				
3	Identificar fontes alternativas de geração de energia para o COE e áreas de incidência de risco;	X				
4	Provisão de recipientes e provisão de combustíveis para aeronaves de monitoria e socorro.	X				
5	Provisão de combustível para todos os transportes a usar em cada fase;	X				

Tabela 11- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DE ACÇÃO AMBIENTAL

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Actualização e levantamento físico dos espaços não ocupados de reassentamento nos Distritos de Morrumbala, Mopeia, Chinde e Maganja da costa	X			920,000.00	920,000.00

2	Avaliação e levantamento de áreas potenciais para o reassentamento das populações afectadas	X				
3	Capacitação de líderes, Associações e Clubes do Ambiente em matéria de gestão de riscos de calamidade, com enfoque na prevenção e combate as queimadas descontroladas. Treinamento de equipas locais em matéria de atalhoamento; Levantamento físico mapeamento das respectivas áreas.					
4	Demarcar espaços de reserva pré definidos para fixação de novas famílias		X			
5	Atribuição de talhões às famílias necessitadas		X			
6	Demarcar áreas para equipamentos sociais básicos		X			

Tabela 12- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Avaliações rápidas da disponibilidade de alimentos, recursos e outros bens;	X			500,000.00	500,000.00
2	Mobilização e contacto com potenciais fornecedores de bens de consumo;	X				
3	Identificação, definição e mapeamento dos fluxos de bens de consumo das zonas excedentárias.	X				
4	Facilitar e apoiar as actividades da aquisição de produtos e bens;		X			
5	Emitir pareceres para entrada de produtos para emergência;		X			
6	Facilitar e apoiar as actividades da aquisição de produtos e bens e participar e estimular acções da transformação e enriquecimento dos produtos alimentares.			X		
7	Aquisição de produtos alimentares para população afectada pela Cheias e Inundações para 30 dias após salvamento e		X			
8	Garantir que as aulas decorram em locais protegidas contra Ciclone. Garantir que haja monitoria de Cheias e outras calamidades		X			

Tabela 13- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DA MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Realização de encontros de sensibilização da população situada em zonas de risco	X			440,000.00	440,000.00
2	Identificar populações mais vulneráveis, localizar e reunir as famílias perdidas		X			
3	Levantamento dos grupos alvo afectados		X			
4	Divulgação da lei da família e da política de género	X		X		
5	Encontros de sensibilização para a criação de Associações	X		X		
6	Realizar actividades de apoio psico-social das famílias afectadas, bem como a providencia de suplementos alimentares para crianças em situação difícil			X		

7	Capacitar ou reciclar activistas ao nível dos locais de acomodação		X	X		
8	Sensibilização das comunidades para a criação de Centros abertos	X		X		

Tabela 14- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DE SAÚDE

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Levantamento do pessoal técnico para pertencer a equipe de choque distrital (Médicos, Técnicos de Medicina e Preventiva, Enfermeiros, agentes de serviço)	X			1,500,000.00	1,370,000.00
2	Posicionamento de medicamentos essenciais nos postos socorros (Antibióticos; anti-maláricos; soros; SROs, pulverizadores, Anti retro virais; material de penso); macas, Kit de parto e marquesas para atender os primeiros 100 casos	X				
3	Sensibilização para o consumo de água tratada com cloro, certeza ou pelo método de fervura	X	X	X		
4	Criação de postos de socorro e posicionamento do respectivamente do medicamento nos locais considerados seguros para as vítimas	X	X	X		
5	Sensibilização da comunidade na construção de latrinas e seu correcto uso demonstrando as vantagens e desvantagens	X	X	X		
6	Criação de uma equipe móvel para vacinação de rotina de PAV e vacinação contra Meningite nos locais de grande aglomeração		X	X		
7	Palestras diárias sobre doenças diversas socorro	X	X			
8	Vigilância epidemiológica de casos e vigilância nutricional; Envio diário de informação epidemiológica	X	X			
9	Accionar equipas de emergência médica e acompanhar as pessoas em tratamento Anti Retroviral	X	X			
10	Identificar espaços para atendimento as vítimas e Garantir a provisão de tendas hospital para socorro	X				
11	Garantir disponibilidade de Preservativos, sua utilização e promover o uso de redes mosquiteiras, água tratada e latrinas	X	X	X		
13	Garantir que o alimento fornecido a população afectada seja próprio para o consumo humano e distribuir massivamente o cloro e certeza para comunidades afectadas (centros de trânsito e bairros de reassentamento); e Supervisão e monitoria	X	X	X		
14	Abastecimento regular de medicamento nos postos socorros criados nos postos de reassentamento e atendimento de casos		X	X		
15	Vigilância epidemiológica de casos e vigilância nutricional	X	X	X		
16	Monitorar e avaliar os danos; Realizar triagem nutricional a todas as crianças menores de 5 anos e tratamento dos casos de desnutrição,		X			
17	Garantir através de acções multidisciplinares o fornecimento de alimentos para a população afectada		X			

Tabela 15- ACÇÕES DA PRM/FADM

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Capacitação da PRM no âmbito de emergência;	X			400,000.00	250,000.00
2	Reconhecer os lugares seguros para provável evacuação das populações que possam ser atingidos.	X				
3	Salvar pessoas e bens em risco levando-os para lugares seguros;		X			
4	Protecção de pessoas e bens nos locais de evacuação e de acomodação;		X			
5	Acompanhamento das acções de salvamento realizadas por missões estrangeiras;		X			
6	Garantir segurança no encaminhamento de produtos e bens de socorro;		X			
7	Fazervistoria em todos locais atingidos para certificar se há ou não ainda algumas vítimas;			X		
8	Em casos de alguns troncos (árvores) em coordenação com a população remove-las;			X		
9	Garantir a protecção, aconselhamento e violência de casos que devam prosseguir aos órgãos de administração da justiça ou sociais;			X		

Tabela 16- ACÇÕES DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO

Nº	ACTIVIDADE	Antes	Durante	Depois	Orçamento	
					Max	Min
1	Capacitar professores, coordenadores de ZIP's, membros de conselhos de escolas sobre "gestão de riscos de calamidades" nos distritos susceptíveis as cheias e ciclones, nomeadamente: Chinde, Mopeia, Morrumbala, Namacurra, Mag. da Costa, Pebane, Nicosadala, Inhassunge e Cidade de Quelimane	X			2,412,000.00	1,712,000.00
2	Pré-posicionar o material (tendas escolas e kits escolares) para os distritos previamente identificados.	X				
3	Elaborar o Plano Operativo para depois efectuar o levantamento das necessidades pontuais		X			
4	Efectuar a montagem de tendas escolas em locais seguros ou nos Bairros de Reassentamento em coordenação com os pais, encarregados de educação, membros de conselho de escolas, líderes comunitários, parceiros de cooperação e outros intervenientes		X			
5	Assegurar que os professores, Coordenadores de ZIP's, Líderes Comunitários e outros actores identifiquem Crianças Órfãos Vulneráveis (COV's) em caso de emergência		X			
6	Proceder a evacuação de 30% do livro de distribuição gratuita, Kits de alunos, professores e Escola aos distritos em caso de emergência		X			
7	Efectuar o levantamento das crianças, professores afectados por idade, sexo, classe, escola e ZIP			X		
8	Divulgar mensagens chave sobre a higiene, saneamento e prevenção da cólera, HIV/SIDA, abuso sexual de menores produzidas com as brigadas móveis e/ou Rádios Comunitárias e outros meios acessíveis			X		

9	Constituir equipas de trabalho junto dos pontos Focais e todos níveis com a missão de processar informações usando informações de avaliação rápida, padrões e princípios de educação			X		
10	Efectuar visitas periódicas ao terreno para monitorar a prontidão nas escolas e avaliar a frequência dos professores e alunos, a protecção de crianças particularmente mais vulneráveis (monitoria e avaliação)			X		
11	Realizar uma visita de troca de experiência com os professores que leccionam nos Bairros de Reassentamento			X		
12	Garantir a recuperação de aulas nos fins-de-semana ou nas férias intercalares			X		
13	Reunir com os Directores de SDEJT e parceiros de cooperação para juntos avaliar o impacto dos cenários e definir áreas de intervenção para a mitigação			X		
14	Adquirir e distribuir aos Distritos afectados materiais de construção e edifícios destruídos total ou parcialmente com vista a reabilitar as infra-estruturas escolares e adjacentes			X		
15	Iniciar a construção das infra-estruturas destruídas			X		
16	Monitoria e avaliação			X		

POPULAÇÃO EM RISCO POR REGIÃO E LOCAL

Tabela 17: População em risco – SECA

DISTRITOS		Posto Administrativo		Localidade		População em Risco	
Descrição	População	Descrição	População	Descrição	População	Max	Mín
Chinde	119,898	Chinde	40,850	Matilde	21,078	860	246
		Luabo	44,916	Luabo	6,112	980	252
		Micaune	34,132	Micaune	11,386	1,192	270
Total			119,898		38,576	3,032	768
Inhassunge	91,196	Mucupia	67,494	Sede	31,211	430	164
		Gonhane	23,702	Sede	23,702	506	210
Total			91,196		54,913	936	374
Mopeia	115,291	Sede	74,724	Sede	34,987	3,160	736
		Campo	40,567	Catale	4,465	1,572	447
Total			115,291		39,452	4,732	1,183
Morrumbala	358,913	Chire	91,543	Sede	52,516	3,856	920
		Megaza	32,638	Pinda	20,072	1,240	354
Total			124,181		72,588	5,096	1,274
Namacurra	186,410	Macuse	91,717	Mixixine	19,575	1,913	765
Total			91,717		19,575	1,913	765
Nicoadala	231,850	Sede	121,955	Sede	45,659	1,300	550
		Maquival	109,895	Sede	16,675	1,079	402
Total			231,850		62,334	2,379	952
Maganja da Costa	276,881	Nante	64,008	Sede	11,540	860	392
		Sede	107,607	Sede	15,410	3,100	813
		Bajone	70,302	Missal	17,244	730	450
Total			241,917		44,194	4,690	1,655
Pebane	185,333	Naburi	59,581	Sede	27,580	1,823	675
		Mulela	65,041	Sede	9,954	2,048	615
Total			124,622		37,534	3,871	1,290
Milange		Majaua	59,200	Sede	23,908	607	243
Total			59,200		23,908	607	243
Mocuba	300,628	Sede	168,736	Munhiba	18,214	3,309	1,031
				Sede	72,633	1,885	700
Total			124,622		90,847	5,194	1,731
TOTAL GERAL			1,368,608		483,921	32,450	10,235

Tabela 18: População em risco – CICLONES/VENDAVALS

DISTRITOS		Posto Administrativo		Localidade		População em Risco	
Descrição	População	Descrição	População	Descrição	População	Max	Mín
Alto Molocue	272,482	Sede	184,132	Nivava	10,274	2,126	321
				Novanana	21,284	4,075	900
Total			184,132		31,558	6,201	1,221
Chinde	119,898	Chinde	40,850	Matilde	21,078	1,800	800
		Luabo	44,916	Luabo	6,112	2,700	477
		Micaune	34,132	Micaune	11,386	5,600	1,800
Total			119,898		38,576	10,100	3,077

Gurue	297,935	Mepagiua	67,603	Mugaveia	11,511	2,100	575
				Mepagiua	34,921	1,204	225
			46,432		46,432	3,304	800
Inhassunge	91,196	Mucupia	67,494	Sede	31,211	1,300	250
				Ilova	3,868	750	100
				Bingagira	15,031	600	158
				Chirimane	17,384	533	180
		Gonhane	23,702	Sede	23,702	560	275
Total			91,196		91,196	3,743	963
Mopeia	115,291	Sede	74,724	Sede	34,987	250	60
				Chimuara	30,248	135	93
		Campo	40,567	Catale	4,465	149	50
Total			115,291		69,700	534	203
Morrumbala	358,913	Chire	91,543	Sede	52,516	245	70
		Megaza	32,638	Pinda	20,072	220	38
Total			124,181		72,588	465	108
Nicoadala	231,850	Sede	121,955	Sede	45,659	5,200	1,303
		Maquival	109,895	Sede	16,675	6,421	2,800
Total			231,850		62,334	11,621	4,103
Maganja da Costa	276,881	Nante	64,008	Vila Valdez	11,540	3,450	1,543
		Sede	107,607	Caburi	24,859	5,670	2,351
		Bajone	70,302	Missal	17,244	4,300	1,856
Total			241,917		53,643	13,420	5,750
Pebane	185,331	Sede	60,711	Quichanga	13,672	3,900	1,650
		Naburi	59,579	Sede	27,580	2,102	1,800
		Mulela	65,041	A. Maganha	22,381	3,200	419
				Namanla	9,087	2,100	1,056
Total			185,331		72,720	11,302	1,056
Milange	498,635	Sede	256,963	Chitambo	53,183	120	49
		Majaua	59,200	Sede	23,908	80	37
Total			316,163		77,091	200	86
Mocuba	300,628	Sede	168,736	Cidade	77,889	3,514	931
Total			168,736		77,091	3,514	931
Quelimane	193,343	Cidade	193,343	Cidade	193,343	3,968	920
Total			193,343		193,343	3,968	920
TOTAL GERAL			2,131,358		931,000	83,995	27,853

Tabela 19: População em risco - CHEIAS

DISTRITOS		Posto Administrativo		Localidade		População em Risco	
Descrição	População	Descrição	População	Descrição	População	Max	Mín
Chinde	119,898	Chinde	40,850	Matilde	21,078	1,800	800
		Luabo	44,916	Luabo	6,112	2,700	477
		Micaune	34,132	Micaune	11,386	5,600	1,800
Total			119,898		38,576	9,210	4,340
Inhassunge	91,196	Mucupia	31,211	Ilova	3,868	910	380
Total			31,211		3,868	910	380

Mopeia	115,291	Sede	74,724	Sede	34,987	4,120	1,803
				Chimuara	30,248	2,900	1,490
		Campo	40,567	Catale	4,465	2,350	1,190
Total			115,291		69,700	9,370	4,483
Morrumbala	358,913	Chire	91,543	Sede	52,516	4,300	1,826
		Megaza	32,638	Pinda	20,072	6,500	1,644
Total			124,181		72,588	10,800	3,470
Namacurra	94,693	Macuse	91,717	Forquia	24,355	1,700	520
				Mixixine	19,575	1,426	445
Total			91,717		43,930	3,126	965
Nicoadala	231,850	Sede	121,955	Sede	45,659	3,400	800
		Maquival	109,895	Sede	16,675	5,320	400
Total			231,850		62,334	8,720	1,200
Maganja da Costa	276,881	Nante	64,008	Sede	11,540	4,198	2,384
		Bajone	70,302	Missal	17,244	950	200
Total			134,310		28,784	5,148	2,584
Pebane	185,333	Naburi	59,581	Sede	27,580	2,680	1,045
Total			59,581		27,580	2,680	1,045
Milange	498,635	Sede	256,963	Chitambo	53,183	319	120
		Majaua	59,200	Sede	23,908	320	83
Total			316,163		77,091	639	203
Mocuba	300,628	Cidade	168,736	Municipio	77,889	1,256	782
Total			316,163		77,889	1,256	782
Quelimane	193,343	Cidade	193,343	Municipio	193,343	366	147
Total			193,343		193,343	366	147
Total			1,733,708		695,683	52,225	19,599

TABELA 20 - RESUMO DA POPULAÇÃO EM RISCO

DISTRITOS		População em Risco					
		Seca		Ciclone/Vendaval		Cheias/Inundações	
Descrição	População	Max	Mín	Max	Mín	Max	Mín
Alto Molocue	272,482	0	0	6,201	1,221	0	0
Chinde	119,898	3,032	768	10,100	3,077	9,210	4,340
Gurue	297,935	0	0	3,304	800	0	0
Inhassunge	91,196	936	374	3,743	963	910	380
Mopeia	115,291	4,732	1,183	534	203	9,370	4,483
Morrumbala	358,913	5,096	1,274	465	108	10,800	3,470
Namacurra	186,410	1,913	765	15,623	4,766	3,126	965
Nicoadala	231,850	2,379	952	11,621	4,103	8,720	1,200
Mag. da Costa	276,881	4,690	1,655	13,420	5,750	5,148	2,584
Pebane	185,333	3,871	1,290	11,302	4,925	2,680	1,045
Milange	498,635	607	243	200	86	639	203
Mocuba	300,628	5,194	1,731	3,514	931	1,256	782
Quelimane	193,343	0	0	3,968	920	366	147
TOTAL GERAL	3,128,795	32,450	10,235	83,995	27,853	52,225	19,599

Fonte: Governo Distrital

TABELA 21 - MEIOS DISPONÍVEIS

Nº	Item	Quantidade	Doador/Sector	Localização
1	Viaturas 4x4	1	CVM	Quelimane
2	Barco	1	Save The Children	
3	Kits de socorro e sobrevivência			
4	Tendas familiares	3	INGC	
5	Lonas	1850		
6	Gericans	650		
7	Barco	1	CVM	Mopeia
8	Motores p/Barcos de 40CV	1		
9	Sistemas móveis de tratamento de água	5	DPOPH	Quelimane
10	Motobombas operacionais	5		
11	Sistemas móveis de tratamento de água	6		
12	Tanques Plastex fixos de 10.000 litros	3		
13	Tanques Plastex fixos de 2.500 litros	2		
14	Tanque Bladeer (5000 litros)	5		
15	Acessórios de PVC Diversos	1		
16	Lages para latrinas	120		
17	Lages para latrinas	1	IRD	Mopeia
18	Barcos c/Motores de 40 KV	3	WWF	Pebane
19	Barco de Alumínio	1	Marinha-Guerra	Macuse
20	Barcos	2	Concern	Chinde
21		1	FGH	
22		1	Governo Distrital	
23		1	INGC	
24		1	AAA	
25		1	Comp. Sena	
26		10	Sector Privado	
27		4	Casco	
28	Camiões	7	Sector Privado	
29	Barco	1	Visão Mundial	Mopeia
30	Rolos Plasticos (1x50 metros)	650	INGC	Quelimane
31	Viaturas	8	Governo Distrital	Gurue
32	Barco	1	INGC	Quelimane
33	Barco	1	INGC	Mag. Da Costa
34	Kits Escola	3	DPE	Quelimane
35	Tendas Escolas	1		

TABELA 22: RESUMO DOS MEIOS NECESSÁRIOS

Equipamentos/ Materiais	Quel.	Chinde	Morum- bala	Mopeia	M. da Costa	Pebane	Nama- curra	Nicoa- dala	Inhas- sunge	Total
Barcos a motor	5000	1	1	1	3	1000	1	1000	1	8
Barcos a remo	5000	2	2	2	2	1000	2	1000	2	12
Camiões	1		1				1			3
Motores			1	1	1					3
Geradores	1	1								2
Tendas	50	5	5	5	5	1	5	1	1	78

Lonas	50	120	120	120	120	120	120	120	120	1010
Mantas	150	200	200	200	200	200	200	200	200	1.750
Kits de Cozinha	50	300	300	300	300	300	300	300	300	2.100
Tanques de água	5	2	2	2	2	1	2	1	1	16
Certeza (Frascos)	2000	3000	3000	3000	3000	2000	3000	3000	2000	24000
Cloro Granulado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Redes Mosquiteiras	1500	900	2900	700	2100	1400	1600	1700	2400	15200
Lages	250	100	100	100	100	50	100	100	100	78
Comunicação		2	2	2	2	2	2	2	2	16
Rádios		3	3	3	3	3	3	3	3	24
Telefone Celular		2	2	2	2	2	2	2	2	16
Combust. e lubrificantes	400	1500	400	400	1000	400	400	400	400	400

NECESSIDADES ALIMENTARES E SEMENTES

TABELA 23: NECESSIDADES ALIMENTARES

Distritos	Pessoas em INSAN	Necessidades Alimentares e Custo						
		pess.)		1 pess.)		x 1 pessoa)		Total
		Q (t)	Custo (Mt)	Q (t)	Custo (Mt)	Q (t)	Custo (Mt)	Custo (Mt)
Chinde	4,340	65,100	651,000.00	6,510	227,850.00	2,604	117,180.00	996,030.00
Sub-total	4,340	65,100	651,000.00	6,510	227,850.00	2,604	117,180.00	996,030.00
Mopeia	4,700	70,500	705,000.00	7,050	246,750.00	2,820	126,900.00	1,078,650.00
Sub-total	4,700	70,500	705,000.00	7,050	246,750.00	2,820	126,900.00	1,078,650.00
Morrumbala	4,610	69,150	691,500.00	6,915	242,025.00	2,766	124,470.00	1,057,995.00
Sub-total	4,610	69,150	691,500.00	6,915	242,025.00	2,766	124,470.00	1,057,995.00
Namacurra	2,810	42,150	421,500.00	4,215	147,525.00	1,686	75,870.00	644,895.00
Sub-total	2,810	42,150	421,500.00	4,215	147,525.00	1,686	75,870.00	644,895.00
Nicoadala	8,000	120,000	1,200,000.00	12,000	420,000.00	4,800	216,000.00	1,836,000.00
Sub-total	8,000	120,000	1,200,000.00	12,000	420,000.00	4,800	216,000.00	1,836,000.00
Maganja	3,300	49,500	495,000.00	4,950	173,250.00	1,980	89,100.00	757,350.00
Sub-total	3,300	49,500	495,000.00	4,950	173,250.00	1,980	89,100.00	757,350.00
Pebane	2,500	37,500	375,000.00	3,750	131,250.00	1,500	67,500.00	573,750.00
Sub-total	2,500	37,500	375,000.00	3,750	131,250.00	1,500	67,500.00	573,750.00
Milange	650	9,750	97,500.00	975	34,125.00	390	17,550.00	149,175.00
Sub-total	650	9,750	97,500.00	975	34,125.00	390	17,550.00	149,175.00
Quelimane	3,290	49,350	493,500.00	4,935	172,725.00	1,974	88,830.00	755,055.00
Sub-total	3,290	49,350	493,500.00	4,935	172,725.00	1,974	88,830.00	755,055.00
TOTAL	34,200	513,000	5,130,000.00	51,300	1,795,500.00	20,520	923,400.00	7,848,900.00
Custo com a Logística		25,650.00	256,500.00	2,565.00	89,775.00	1,026.00	46,170.00	392,445.00
TOTAL GERAL		538,650.00	5,386,500.00	53,865.00	1,885,275.00	21,546.00	969,570.00	8,241,345.00

Arroz = 3 Kg, F.Nhemba = 2 Kg, Milho = 4Kg, Mapira = 1.5 Kg,

Hortícolas 0,025 Kg

Fonte : SPA/DPA

TABELA 24 - QUANTIDADES DE SEMENTES NECESSÁRIAS P/ SECA/CHEIAS E CICLONES E PRAGAS MIGRATÓRIAS

CENÁRIO CHEIAS (Máximo)- Necessidades em Sementes e Instrumentos

Distrito	Famílias em risco (Cenário Cheia Max)	Área Afectada	QUANTIDADE DE SEMENTE NECESSÁRIA (kg.)					Instrumentos		
			Arroz	Milho	Feijão Nhemba	Mapira	Hortícolas Diversas (tomate,	Enxadas	Catanas	Foice
Chinde	3,409	6,818	10,228	20,455	30,683	10,228	85	6,818	3,409	3,409
Inhassunge	1,628	3,257	4,885	9,770	3,257	4,885	41	3,257	1,628	1,628
Nicoadala	952	1,903	2,855	5,709	1,903	2,855	24	1,903	952	952
Namacurra	765	1,530	2,295	4,590	1,530	2,295	19	1,530	765	765
Mopeia	3,483	6,966	10,449	20,897	6,966	10,449	87	6,966	3,483	3,483
Morrumbala	3,822	7,645	11,467	22,934	7,645	11,467	96	7,645	3,822	3,822
Maganja	551	1,102	1,654	3,307	1,102	1,654	14	1,102	551	551
Milange	243	486	729	1,458	486	729	6	486	243	243

Pebane	245	489	734	1,468	489	734	6	489	245	245
Total	15,098	30,196	45,293	90,587	54,060	45,293	377	30,196	15,098	15,098
Valor (Mts)			1,811,735	5,435,206	1,892,098	1,585,268	754,890	3,623,471	1,509,780	1509779.52
Valor TOTAL GERAL										18,122,227.74

Arroz = 3 Kg, F.Nhemba = 2 Kg, Milho = 4Kg, MHaopritriac o=l a1s.5 0 K,0g2,5 Kg

CENÁRIO CHEIAS (MÍNIMO) - Necessidades em Sementes e Instrumentos

Distrito	Famílias em risco (Cenário Cheia Max)	Área Afetada	QUANTIDADE DE SEMENTE NECESSÁRIA (kg.)					Instrumentos		
			Arroz	Milho	Feijão Nhemba	Mapira	Hortícolas Diversas (tomate,	Enxadas	Catanas	Foice
Chinde	950	950	2,850	0	1,900	0	24	950	950	950
Inhassunge	741	741	2,224	0	1,482	0	19	741	741	741
Nicoadala	476	476	1,428	0	952	0	12	476	476	476
Namacurra	382	382	1,147	0	765	0	10	382	382	382
Moepia	850	850	2,550	3,400	1,700	0	21	850	850	850
Morrumbala	1,274	1,274	3,822	5,096	2,548	1,911	32	1274	1274	1274
Maganja	276	276	827	1,102	551	0	7	276	276	276
Milange	121	121	364	486	243	0	3	121	121	121
Pebane	121	121	364	0	243	0	3	121	121	121
TOTAL	5,192	5,192	15,577	10,084	10,384	1,911	130	5,192	5,192	5,192
Valor			623,061.07	605,060.93	363,452.29	66,889.56	259,608.78	623061	519218	519218
Valor Total									3,060,351	3,579,568.82

Arroz = 3 Kg, F.Nhemba = 2 Kg, Milho = 4Kg, Mapira = 1.5 Kg,

Hortícolas 0,025 Kg

Fonte : SPA/DPA

CENÁRIO CHEIAS (MÍNIMO) - Necessidades em Sementes e Instrumentos

Distrito	Famílias em risco (Cenário Cheia Max)	Área Afetada	QUANTIDADE DE SEMENTE NECESSÁRIA (kg.)				
			Arroz	Milho	Feijão Nhemba	Mapira	Hortícolas Diversas (tomate, couve, cebola, cenoura, alface)
Chinde	3,032	6,064	9,095	9,095	6,064	4,548	76
Inhassunge	936	1,871	2,807	2,807	1,871	1,404	23
Nicoadala	2,379	4,758	7,137	7,137	4,758	3,568	59
Namacurra	1,913	3,825	5,738	5,738	3,825	2,869	48
Moepia	4,732	9,463	14,195	14,195	9,463	7,097	118
Mocuba	5,194	10,387	15,581	15,581	10,387	7,790	130
Milange	607	1,215	1,822	1,822	1,215	911	15
Maganja	4,690	9,381	14,071	18,761	9,381	7,035	117
Morrumbala	5,096	10,193	15,289	20,385	10,193	7,645	127
Pebane	3,871	7,741	11,612	15,483	7,741	5,806	97
TOTAL	32,449	64,898	97,347	111,004	64,898	48,673	811
Valor			3,893,867	6,660,238	2,271,422	1,703,567	1,622,445
Valor Total							16,151,538.75

Arroz = 3 Kg, F.Nhemba = 2 Kg, Milho = 4Kg, Mapira = 1.5 Kg,

Hortícolas 0,025 Kg

Fonte : SPA/DPA

CENÁRIO CHEIAS (MÍNIMO) - Necessidades em Sementes e Instrumentos

Distrito	Famílias em risco (Cenário Cheia Min)	Área Afectada	QUANTIDADE DE SEMENTE NECESSÁRIA (kg.)				
			Arroz	Milho	Feijão Nhemba	Mapira	Hortícolas Diversas (tomate, couve, cebola, cenoura, alface)
Chinde	768	1,153	2,305	3,458	1,537	1,153	19
Inhassunge	374	561	1,123	1,684	749	561	9
Nicoadala	952	1,427	2,855	4,282	1,903	1,427	24
Namacurra	765	1,147	2,295	3,442	1,530	1,147	19
Mopeia	1,183	1,774	3,549	5,323	2,366	1,774	30
Mocuba	1,731	2,597	5,194	7,791	3,463	2,597	43
Milange	243	364	729	1,093	486	364	6
Maganja	1,655	2,483	4,966	7,449	3,311	2,483	41
Morrumbala	1,274	1,911	3,822	5,733	2,548	1,911	32
Pebane	1,290	1,935	3,871	5,806	2,581	1,935	32
TOTAL	10,236	15,354	30,709	46,063	20,472	15,354	256
Valor			1,228,344	2,763,773	716,534	537,400	511,810
Valor Total							5,757,860.70

Arroz = 3 Kg, F.Nhemba = 2 Kg, Milho = 4Kg, Mapira = 1.5 Kg,

Hortícolas 0,025 Kg

Fonte : SPA/DPA

CENÁRIO CHEIAS (Máximo)- Necessidades em Sementes e Instrumentos

Distrito	Famílias em risco (Cenário Cheia Max)	Área Afectada	QUANTIDADE DE SEMENTE NECESSÁRIA (kg.)					Instrumentos		
			Arroz	Milho	Feijão Nhemba	Mapira	Hortícolas Diversas (tomate,couve cebola, cenoura)	Enxada	Catana	Foice
Chinde	3,077	4616	9,232	13,847	6,154	4,616	77	3077	3077	3077
Inhassunge	3,743	5614	11,228	16,842	7,485	5,614	94	3743	3743	3743
Nicoadala	4,766	7149	14,297	21,446	9,532	7,149	119	4766	4766	4766
Namacurra	4,766	7149	14,299	21,448	9,532	7,149	119	4766	4766	4766
Maganja	5,750	8625	17,250	25,876	11,500	8,625	144	5750	5750	5750
Quelimane	3,968	5951	11,903	17,854	7,935	5,951	99	3968	3968	3968
Pebane	4,925	7388	14,776	22,163	9,850	7,388	123	4925	4925	4925
TOTAL	30,995	46,492	92,984	139,476	61,989	46,492	775	30,995	30,995	30,995
Valor			3,719,357	8,368,553	2,169,625	1,627,219	1,549,732	3,719,357	3,099,464	3,099,464
Valor Total										27,352,769

Arroz = 3 Kg, F.Nhemba = 2 Kg, Milho = 4Kg, Mapira = 1.5 Kg,

Hortícolas 0,025 Kg

Fonte : SPA/DPA

CENÁRIO CICLONE (Mínimo) - Necessidades em Sementes e Instrumentos

Distrito	Famílias em risco (Cenário Cheia Mín)	Área Afectada	QUANTIDADE DE SEMENTE NECESSÁRIA (kg.)					Instrumentos		
			Arroz	Milho	Feijão Nhemba	Mapira	Hortícolas Diversas (tomate, couve, cebola, cenoura)	Enxada	Catana	Foice
Chinde	769	385	2,308	1,154	1,539	1,154	19	769	769	769
Inhassunge	936	468	2,807	1,404	1,871	1,404	23	936	936	936
Nicoadala	952	476	2,855	1,427	1,903	1,427	24	952	952	952
Namacurra	1,330	665	3,989	1,995	2,659	1,995	33	1330	1330	1330
Maganja	1,957	978	5,870	2,935	3,914	2,935	49	1957	1957	1957

Quelimane	794	397	2,381	1,190	1,587	1,190	20	794	794	794
Pebane	1,846	923	5,537	2,768	3,691	2,768	46	1846	1846	1846
TOTAL	8,582	4,291	25,746	12,873	17,164	12,873	215	8,582	8,582	8,582
Valor			1,029,850	772,387	600,746	450,559	429,104	1,029,850	858,208	858,208
Valor Total										6,028,911

Arroz = 3 Kg, F.Nhemba = 2 Kg, Milho = 4Kg, Mapira = 1.5 Kg,

Hortícolas 0,025 Kg

Fonte : SPA/DPA

Cenário Pragas Migratórias (Máximo) - Necessidades Pesticidas e Insecticidas

Distrito	AF's afectadas	Área Afectada	item	
			Insecticidas	Equipamentos
Chinde	1000	1500	450	100
Mopeia	1500	2250	600	100
Morrumbala	1500	2250	600	100
Nicoadala	500	750	400	100
Nicoadala	1000	1500	450	100
Total	5,500	8,250	2500	500
Valor			1,000,000.00	200,000.00
Total Geral				1,200,000.00

Cenário Pragas Migratórias (Mínimo) - Necessidades Pesticidas e Insecticidas

Distrito	AF's afectadas	Área Afectada	item	
			Insecticidas	Equipamentos
Chinde	500	750	200	50
Mopeia	750	1125	230	50
Morrumbala	750	1125	220	50
Nicoadala	250	375	150	50
Nicoadala	500	750	200	50
Total	2,750	4,125	1000	250
Valor			400,000.00	100,000.00
Total Geral				500,000.00

ABRIGOS TEMPORÁRIOS

TABELA 25: ABRIGOS TEMPORÁRIOS

Distrito	Salas de aulas	Igrejas	Armazéns	Espaco p/ Montagemde tenda
Chinde	32	14		7 ha
Mopeia	21			
Morrumbala	26			
Maganja da Costa	5			
Quelimane	50		2	Namunho

VIAS ACESSO

TABELA 26: VIAS ACESSO

VIAS NÃO ACESSÍVEIS	VIAS ALTERNATIVAS
Mopeia - Luabo, Mopeia-Mugurumba, Posto campo-Mungane (caída de pontecas),	Via fluvial através de barcos a motor e canoas
Nicoadala - Vias sem acesso: Mugogoda/Muchar; Licuari/Bate Muziva; Mugogoda/Varela Madal; Namacata/Ilalane; Namacata -Miremene e Marongane.	Via terrestre
Maganja da Costa - Maganja – Sede, Nante/Nomiua, Intabo e Vila Valdez Maganja-Sede, Cabuir, Mabala	Há necessidade de 3 barcos para vila Valdês
Namacura - Sede Forquia, Lugela, Macuse.	Via terrestre
Quelimane - Chuabo Dembe / Nhangome, devido ao enchente das marés, as pontecas desabam Para bairros de Kansa para 25 de SET, Saguar, Coalane e 17 de SET para Acordos de Lusaka	Via terrestre
Morrumbala - Morrumbala-Janasse, Chire sede-localidade de Goro, Pindalocalidade de Mone	Via fluvial através de barcos a motor e canoas
Chinde - Jorge, Caçaira, Matilde, Ilha Salia, Socovinho, Gunda e Magaza	Barcos a Motor (13), Barcos a Remo (2), Viaturas (7), Motos (12), Botes a Motor (11)

TABELA 27 - PISTAS DE ATERRAGEM

LOCALIZAÇÃO	PISTAS		CAMPO DE FUTEBOL
	Operacional	Não operacional	
Quelimane	1	0	3
Chinde	1	1	1
Maganja	0	0	1
Mopeia	1	0	1
Morrumbala	1	0	1
Namacurra	0	0	1
Nicoadala	0	0	1
Pebane	1	0	1
Inhassunge	0	0	1
Alto Molocué	1	0	1
Mocuba	1	0	1
Milange	1	0	1
TOTAL	8	1	14

Fonte: DPTCZ/INGZ e Governos dos Distritos

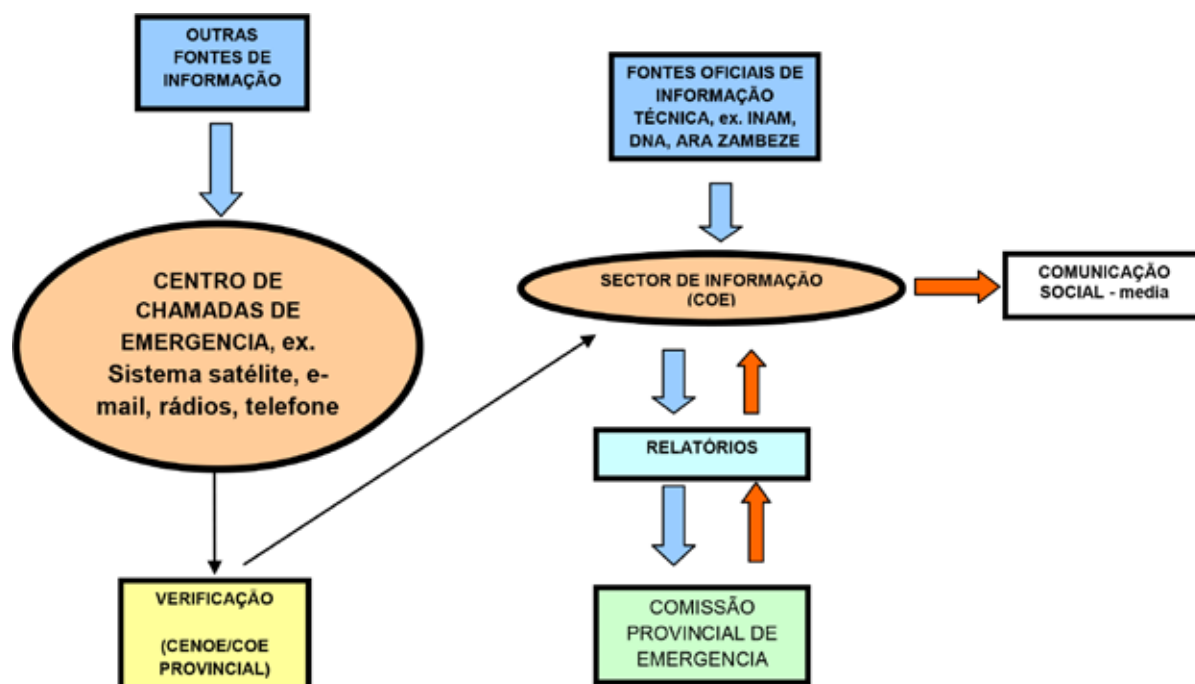
O quadro acima mostra a localização das pistas de aterragem existentes na Província, em como os campos de futebol que poderão ser usados como meios alternativos.

TABELA 28: LISTA DE PARCEIROS DE COOPERAÇÃO E SECTOR PRIVADO

Nº	INSTITUIÇÃO/SECTOR	NOME	CONTACTO
1	AAA	Enma Reyes	829066396
2	CVM	Simone Boaventura Bonate	827056040
3	CCM	Lucas André	829799146
4	Concern	Carlos Basílio	821316294
5	FGH	Lázaro Calvo	826430149
6	Kukumbi	Ângelo Amaro	825533650
7	Visão Mundial	Israel Muba	827499590
8	Save The Children	Daniel Buvane	824419740
9	IRD	Márcia Sousa	824650580
10	Action Aid	Carmen Munlhequete	824859070
11	ADRA	Farai	823054239
12	ADPP	Marcelo/Abel Paulo	848570396/826152333
13	IBIS	Elisa Langa/Costa Daniel	829650350/823102930
14	Kulima	Mirko Dotta/Benjamim Binifolo	827272393/824053506
15	ICAP	Jaime/Berta Vilanculos	828355198/823273950
16	ORAM	Lourenço Duvane	823862518
17	WWF	Sardinha	829389290
18	Water Aid	Mucufu/Maria de Carmo	829326633/828920280
19	Samaritans	Ziwa	843048974

TABELA 29 - LISTA DE CONTACTOS DOS MEMBROS DO CTGC PROVINCIAL E DISTRITAIS

Nº	INSTITUIÇÃO/SECTOR	NOME	CONTACTO
1	SPPZ	Exma. Sra. Secretária Permanente	82
2	INGC	Exmo Sr. Delegado Provincial	82/84-3430654
3	INAM	Alberto Colarinho	825963500
4	DPECZ	Faustino Amimo	825365135
5	FADM	Tenente Gustavo A. Ngungulo	827225600
6	PRM	José Wing San	826010560
7	CSP-Bombeiros	Chabam Banua	826814480
8	DPCAZ	José Sumindila	827782620
9	DPPFZ	Sheila Sale	824194631
10	DPAZ	Remígio Marco Posso	824036004
11	ANE	Daniel Patel	823259720
12	DPOPHZ	Maurício Duarte	824343773
13	DPMASZ	Moisés A. Caetano	825228970
14	DPSZ	Bernarda Bernardo	823905711
15	DPTCZ/ADMAR	Daúdo Ali Ibraimo	820344400
16	DPRMEZ	Felisberto José Caetano	827639851
17	DPICZ	Segundo Jaime	827020930
18	Chinde	Secretário Permanente	825366470
19	Mopeia	Secretário Permanente	824324860
20	Morrumbala	Secretário Permanente	825918380





Os Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Humanidade. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho nasce da preocupação de prestar auxílio sem discriminação aos feridos no campo de batalha: esforça-se, na sua capacidade internacional e nacional, de prevenir e aliviar o sofrimento humano seja lá o que pode ser encontrado. O seu propósito é de proteger a vida e a saúde e de promover o respeito pela pessoa humana. Favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

Imparcialidade. Não faz nenhuma discriminação quanto a nacionalidades, raças, credos religiosos, condições sociais, ou opiniões políticas, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, e dar prioridade aos casos mais urgentes de infortúnio.

Neutralidade. A fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, religiosa ou ideológica.

Independência. O Movimento é independente. As Sociedades Nacionais, enquanto auxiliares dos serviços humanitários dos respectivos governos e sujeitas à lei dos respectivos países, têm de manter sempre a sua autonomia para poderem sempre actuar de acordo com os princípios do Movimento.

Voluntariado. É um movimento de alívio voluntário, não se movendo, de modo algum, pelo desejo de ganho.

Unicidade. Em cada país, pode existir apenas uma Sociedade da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho. Tem de ser aberta a todos. Tem de realizar o seu trabalho humanitário em todo o seu território.

Universalidade. O Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em que todas as sociedades têm igual estatuto e partilham as mesmas responsabilidades e deveres de ajuda mútua, é universal.